



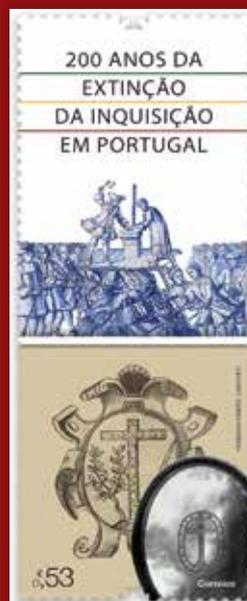
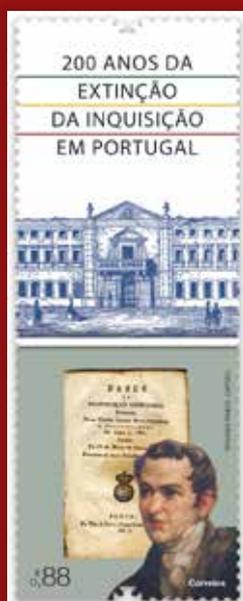
Pessoa colectiva de Utilidade Pública

Filatelia LUSITANA

ORGÃO OFICIAL DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FILATELIA - APD

SÉRIE III Nº 42 – Dezembro de 2021

200 ANOS DA EXTINÇÃO DA INQUISIÇÃO EM PORTUGAL



AUTO DE FÉ

LIVRO

D. Manuel I

Venturas e Desventuras
de um Rei de Portugal



PVP: 40,00€

O livro D. Manuel I - Venturas e Desventuras de um Rei de Portugal, é uma edição bilingue que inclui a emissão homónima, composta por 2 selos e 1 bloco, no valor de 3,94€, tem uma edição limitada a 4000 exemplares numerados à venda nas Lojas CTT e em ctt.pt.

ctt.pt

Linha CTT 21 047 16 16
Dias úteis das 8h30 às 19h30

a nossa entrega é total



CTT
Correios
de Portugal



CTT
Correios
de Portugal



CTT
Filatelia



FILATELIA LUSITANA

SÉRIE III
NÚMERO 42
DEZEMBRO DE 2021

EDITOR E PROPRIETÁRIO
Federação Portuguesa
de Filatelia-APD

DIRECTOR
Pedro Marçal Vaz Pereira

COLABORADORES NESTE NÚMERO

Carlos Lobão
João Rui Pita
João Violante
José Pereira
Luís Frazão
Pedro Marçal Vaz Pereira

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO e PUBLICIDADE

Rua Cidade de Cardiff, n.º 36 B
1170-095 LISBOA
Telef. 21 812 55 08

E-mail: fpf-portugal@netcabo.pt
Website: www.fpfilatelia.wordpress.com

FOTOCOMPOSIÇÃO, MONTAGEM e IMPRESSÃO

MX3 – Artes Gráficas, Lda.
Parque Industrial
Alto da Bela Vista
Pavilhão 50 – Sulim Park
2735-340 Cacém
Tel. 21 917 10 88/89/90
Fax: 21 917 10 04

E-mail: clientes@mx3ag.com

Tiragem:
3000 exemplares

Depósito Legal
n.º 67183/94



Editorial

Filatelia e História Postal

Pedro Marçal Vaz Pereira

Quando entrei para a Federação Portuguesa de Filatelia, no já longínquo ano de 1982, ficava muito surpreso, quando via escrito nalguns catálogos *Exposição de Filatelia e Maximafilia*.

Várias vezes perguntei aos dirigentes, que escreviam aquilo, se Maximafilia não era filatelia.

Olhavam para mim com surpresa e muitas vezes ficavam sem saber o que me responder.

Os anos foram passando, fui envelhecendo, ganhando mais experiência, mais conhecimentos e hoje sou eu que pergunto, se a palavra filatelia se aplica a tudo, se por acaso não estará desactualizada?

Há algum tempo a esta parte, que sinto que o termo lato de filatelia está manifestamente desactualizado.

O termo filatelia começou a ser usado no século XIX, porque neste período coleccionavam-se os selos postais.

Aliás na minha biblioteca tenho um catálogo alemão de 1898-99, com o título em alemão "*Postwertzeichen-Katalog*", que traduzido para português, quer dizer Catálogo de Selos Postais.

Mas se consultarmos o *Dicionário do Povo n.º 1*, do início do século XX, ao chegarmos a Filatelia manda-nos ver em *philatelia*.

Aqui chegados tem a seguinte explicação: *Arte de coleccionar selos postais. O comércio de selos usados.*

Ora o que se coleccionava eram selos postais e assim foi até aos anos 60/70 do século XX.

ÍNDICE

EDITORIAL	1	A emissão "Centenário das Faculdades de Farmácia"	13
ARTIGOS		NOTÍCIAS FEDERATIVAS	16
A Revolução Liberal de 1820 – 200 anos da extinção da Inquisição em Portugal...	3	LITERATURA	28
Uma peça rara que muito aprecio (II)	9	EMISSIONES DOS CTT	33
O selo mais raro de Portugal e Colónias, talvez até do Mundo inteiro	11		

A partir daqui assistimos a uma evolução da investigação postal, porque passados 100 anos, começou a aparecer material circulado, que despertou o interesse e estudo dos então filatelistas. Apareceram cartas transportadas de diversas maneiras, bilhetes-postais, jornais, e muito outro material postal circulado.

A partir daqui nasceriam estudos fenomenais de marcofilia, bilhetes-postais, correio aéreo, telegramas, correio marítimo etc etc.

E aparecem inevitavelmente, entre outras, as classes de História Postal, Inteiros Postais e Aerofilatelia. Agregadas a estas, são publicados extraordinários estudos de todo o material circulado.

Tudo isto nada tem a ver com a filatelia na acepção da palavra, ou seja a *Arte de coleccionar selos postais*.

Há pouco tempo tive a oportunidade de receber na Federação Portuguesa de Filatelia a revista da Academia Real Espanhola de Filatelia, que na capa tinha escrito "FILATELIA E HISTÓRIA POSTAL"

Fiquei a pensar naquilo e cheguei à conclusão, que eles têm as mesmas dúvidas ou certezas que eu.

Hoje temos claramente Filatelia e História Postal.

Filatelia aos que coleccionam os selos e História Postal a todos os outros.

É evidente que precisamos de reformular a organização daquilo, que chamamos num todo FILATELIA e criar duas grandes classes: FILATELIA e HISTÓRIA POSTAL.

Excepção apenas para os trabalhos temáticos, em que a Classe Temática se manteria.

As outras classes seriam todas colocadas na História Postal, com a excepção da Filatelia, que seria destinada apenas e só àquilo que hoje chamamos, no meu ponto de vista indevidamente, Filatelia Tradicional.

Vamos todos pensar nisto e propor à FIP e Federações Continentais, a reforma da nossa actual filatelia?

Inovar é viver, organizar é avançar e dialogar é vencer.



A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1820

200 Anos da Extinção da Inquisição em Portugal

Pedro Marçal Vaz Pereira



Selo de 0,88 cêntimos com a imagem do deputado Francisco Simões Margiochi, que apresentou nas Constituintes de 1821 a proposta para a abolição da Inquisição.



Selo de 0,53 cêntimos, representando um castigo num auto-de-fé.

Para a Igreja, herege não era aquele que acreditava, mas como acreditava!

Herege era todo aquele, que tinha opiniões contrárias à Igreja e aos seus dogmas.

Hoje, embora de forma mais disfarçada e silenciosa, ainda se passa um pouco do mesmo.

Muitos católicos não aceitam aqueles, que não são crentes ou professam outra religião, e consideram-nos como uma espécie de infiéis modernos e tendem a proscrevê-los.

No século XIII, a Inquisição ainda não existia em Portugal. O nosso rei D. Afonso II recusaria ao dominicano Soeiro Gomes, a sua instalação no nosso país. Aliás este rei já no século XIII, procurou aliviar a influência da Igreja Católica, cativando algumas receitas da Igreja para o estado. Tal valeu-lhe ser excomungado! Esta era a postura toda poderosa e omnipresente, a que se habituou a Igreja ao longos dos séculos!

Mas cabia aos papas a tarefa de fomentar nos países católicos, a instalação da Inquisição. Em 1376 o Papa Gregório XI, aconselhava o bispo de Lisboa Agapito Colonna, a nomear um franciscano para o lugar de inquisidor. Foi então nomeado Frei Martim Vasques.

A Inquisição, na sua primeira forma, nasce no século XIII. Os frades pregadores ou dominicanos, foram fundados em 1216, sendo os seus estatutos aprovados pelo Papa Honório III. Estes seriam formados a partir da evolução do processo da Inquisição, por um padre espanhol de seu nome Domingos de Gusmão. Inicialmente foram conhecidos por «*inquisidores da fé*». O cargo de inquisidores era normalmente dado aos Dominicanos.

Nesta fase a igreja não castigava, limitava-se a julgar e a pena mais grave era a excomunhão e o confisco de bens. Cabia ao poder civil e aos tribunais comuns julgar e castigar os hereges. A Igreja respeitava os princípios do cristianismo, onde o “*não matarás*” era um dos mandamentos mais respeitados daquela.

O princípio neste período, era que o poder dos castigos espirituais pertencia à igreja e os castigos temporais ao poder civil.

O Tribunal da Inquisição foi fundado em 1233, pelo Papa Gregório IX.



Pormenor de: Tribunal da Inquisição, buril sobre papel, Montalais, 1702. Museu Nacional de Arte Antiga. Foto: José Pessoa/DGPC/ADF.

Em 1245, no Concílio provincial de Béziers, o Papa Inocêncio IV, mandava escrever o regulamento da Inquisição. Neste todos os que fossem hereges, assim se deviam declarar e todos eram obrigados a denunciar todos aqueles, que soubessem que eram hereges. Quem assim procedesse, era considerado dentro do “tempo do perdão” e assim ficava isento de ser julgado e de ser condenado à morte, à prisão perpétua, desterro e confisco dos bens. Estávamos no período de “façam-se as trevas”!!

O tribunal da Inquisição mandava prender de imediato, logo que se sentisse: «Rumor público, delação secreta, a descoberta por espionagem, a acusação voluntária».

Esta foi estabelecida no nosso país, por D. João III, em 1536, através da bula do Papa Paulo II, “Cum Ad Nihil Magis”, de 26 de Maio de 1536, mantendo-se oficialmente até 1821! Em Portugal o seu período áureo situa-se entre 1540 e 1794, período durante o qual foram queimadas vivas 1175 pessoas, condenadas pelos tribunais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora. Foram ainda torturados e castigados 29.590 “hereges”!

O primeiro auto de fé foi realizado em Lisboa, no Rossio em 20 de Setembro de 1540.

Muitos judeus seriam torturados, roubados e mortos pelos cristãos e pela Inquisição em Portugal. Os cristãos eram influenciados por um clero retrógrado e fanático, a praticarem tais actos, como a mortandade dos cristãos-novos em Lisboa.



A tortura na Inquisição, como forma de obrigar as vítimas a confessar os seus pecados. Muitas vezes eram obrigados a confessar para terminar com este suplício a que eram submetidos, mesmo que não fosse verdade.

A tortura bárbara era usada pelos homens da igreja, para arrancar falsas confissões e muitas vezes fazer os presos confessar heresias, que nunca tinham praticado, mas apenas para se salvarem do suplício da fogueira.

Qualquer um podia ser preso por uma simples denúncia, sem qualquer prova e aqui começava o martírio do desgraçado, que como disse confessava muitas vezes heresias, que nunca tinha praticado só para se salvar das torturas e da morte por garrote ou na fogueira, segundo a sua fé, mas cujas confissões o levavam bastas vezes à morte.

Tudo isto tinha a aprovação dos vários papas, que foram passando pelo Vaticano e claro dos nossos reis.

UM AUTO DE FÉ

«Nas esquinas das ruas e sítios públicos os inquisidores mandavam afixar editais, avisando os cidadãos que no Domingo próximo, e “com o favor divino”, diziam eles, se há-de celebrar um auto público de fé, com o competente sermão” em louvor da Nossa Santa Fé”. E em nome dos pontífices, concediam graças e indulgências aos que assistissem ao acto.

Eram dirigidos convites a todas as autoridades, magistrados, dignatários, pessoas da corte e da mais alta hierarquia, para tomarem parte na grande festa.

Enquanto os réus ficavam de oratória, construíam-se os patíbulos e as pilhas em que deviam arder.

No dia designado havia em Lisboa um movimento extraordinário de povo e de pessoas de todas as classes da sociedade, as quais seguiam em direcção do Rossio, afim de tomarem os devidos lugares. Ninguém pensava noutra coisa, e não se falava de outro assunto.

Os sinos das igrejas dobravam constantemente como em dia de finados.

O sino grande de S. Domingos dava sinal de que o préstito ia a sair.

As portas do palácio (da Inquisição) abriam-se de par em par, surgindo a fúnebre procissão.



Auto-de-Fé no Terreiro do Paço em Lisboa.

Adiante vêm dois “familiares” que serviram de procuradores durante o ano, e em seguida o rico e sumptuoso estandarte da inquisição conduzido pelo provincial da Ordem dos Pregadores, nos cordões do qual pegam dois qualificadores dominicanos e nas pontas dois familiares da primeira nobreza.

Logo atrás marcham os frades dominicanos por sua ordem, e depois vem a cruz da irmandade de S. Jorge com os seus irmãos barbeiros.

Em seguida desfilam as pessoas da primeira qualidade, dignatários, cavaleiros professos, ordens religiosas e familiares do santo ofício. Um cortejo luzido e imponente.

Adiante dos condenados, vai o alcaide dos cárceres secretos com a sua vara de meirinho, e logo traz as vítimas, cada uma entre dois “familiares do santo ofício.”

Em primeiro lugar os homens por esta ordem: os que não abjuraram, e não levam hábitos. Os sodomitas levam rocas cheias de linho, o braço preso à roca e o fio molhado na boca; atrás um homem com um saco de linho às costas. Seguiam-se os que abjuraram de leve suspeita na fé; logo os que abjuraram de “veemente suspeita”, isto é, os que negaram haver cometido o crime, e a prova contra eles não foi bastante para serem queimados, aos quais se dava o nome de negativos. Seguem-se imediatamente os que abjuraram em forma de “judeísmo”.

Vêm depois os mais graduados em crime: primeiro os que confessaram depois do assento e de o relaxarem à justiça secular. Marcham atrás de “samarras” pintadas com as insígnias do fogo, isto é, labaredas pintadas às avessas, pelo que lhe chamavam “afogueados” ou de “fogo revoltado”.

Seguem-se as mulheres da mesma classe de criminosos e pela mesma ordem. As que abjuraram em forma de judeísmo levavam “sambenito”. Este era uma veste de baeta amarela, que, vestida pela cabeça, descia até à cintura pelo peito e costas. Em cada uma das faces via-se uma cruz em forma de aspa, e de cor vermelha.

Vinha adiante um guarda de cárceres e atrás deste a cruz dos clérigos do “Real Hospital de Todos os Santos,

acompanhada dos mesmos com as suas sobrepelizes. No fim destes vem o capelão das escolas gerais, ou cárceres de penitência, com o cruxifixo acompanhado de seis familiares com tochas acesas, três dos quais eram sempre fidalgos titulares.

O cruxifixo ia neste lugar, se havia relaxados; e levavam-no voltado para estes. Quando os não havia, o que era muito raro, iam os clérigos do Hospital com a sua cruz adiante de todos os réus, logo depois da irmandade de S. Jorge.

Por fim segue-se a classe dos “relaxados”, rodeados de justiças secular. Em primeiro lugar os homens e depois as mulheres.

Adiante iam os “diminutos”, ou “negativos”, depois os “relapsos”, e em último lugar os “profitentes” dalgum erro contra a fé, quando nele continuavam, ou os supunham pertinazes.

Todos levam as mãos atadas debaixo das “samarras”, o que se praticava na sexta-feira, e assim os deixavam até ao dia do suplício.

Daqui veio o rifão: “Mãos atadas, terras abrasadas”.

Os homens são vestidos de “sambenitos” e “carochas”, pintadas com chamas direitas, entre as quais punham o retrato do padecente. Se era “profitente”, pintavam figuras do diabo a mordê-lo e a fazer-lhe gaifonas. Os confessos vestem o “sambetino” com as cruces vermelhas de Santo André nas costas e no peito.

Além do “sambetino” pintado com figuras horríveis e outras ridículas, punham nos que foram condenados às fogueiras a “carocha”, ou uma grande mitra de papelão, também pintada com demónios e chamas, no meio das quais arde o condenado, e tendo escritas as palavras – “Hereziarco, Dogmatista, Feiticeiro” conforme o crime por que foi condenado.

As mulheres vestem longos hábitos.

Os réus marcham com as cabeças e os pés nus, trazendo barão ao pescoço e tochas de cera amarela acesas.

Cada um destes desgraçados era acompanhado por dois jesuítas exortando-os a bem morrer e torturando-os com discursos impertinentes.

Havia autos de fé em que iam 100 penitenciados e às vezes mais.

Os mortos e ausentes também figuram no cortejo.

Homens de “samarra” e capuz de “holandilha” preta trazem em varas erguidas as estátuas dos ausentes condenados.

Os mortos são levados por um carrasco em uma caixa negra, pintada com demónios e chamas, e encerrando os ossos, para serem lançados às fogueiras juntamente com as estátuas.

Iam na frente de todos os condenados.

Quando os autos de fé se faziam no Terreiro do Paço, ao tempo que os réus lá chagavam, partia o inquisidor geral a cavalo, acompanhado de todos os ministros e oficiais do tribunal, também montados a cavalo, ricamente ajazados, e adiante levando o meirinho a cruz alçada.

Chegado o préstito ao lugar destinado ao suplício, os inquisidores colocam-se na frente das pilhas com a cruz alçada e o pendão da Virgem. O resto dispõe-se por sua ordem em redor do patíbulo. Neste eleva-se um altar com a cruz verde e quatro missais abertos.

Os autos de fé começavam com um sermão terrível contra os hereges, inimigos de Deus e da religião, contra as ciências culpadas e os blasfemos, pregado de um púlpito também construído no cadafalso.

Depois do sermão, liam-se o “Édito da Fé e o “Monitório Geral da Inquisição”, que manda, em virtude de santa obediência e sob pena de “excomunhão maior ipso facto incurrenda”, toda a pessoa que saiba de alguém vivendo apartado da fé, ou que haja cometido alguma culpa de que o tribunal deva tomar conhecimento, o denuncie.

Logo começava-se a ler do mesmo púlpito, as culpas de cada um dos réus e a sua sentença.

Este acto era praticado por clérigos de voz forte e escolhidos para isso, os quais se revezavam de vez em quando.

Vinha então o primeiro réu acompanhado por dois familiares. Ouvia ler a sentença de pé com as mãos erguidas e entre estas a vela de cera amarela que trazia acesa. Acabando de ouvir a sentença, ajoelhava-se ao pé do altar, e assim ficava até fazer a sua abjuração. Seguia-se o segundo, o terceiro réu, e os mais por sua ordem.

A todos os de igual culpa se lhes lia, do mesmo púlpito, a abjuração que fizeram e as penas a que se sujeitavam se reincidirem.

Depois perguntavam-lhes se assim o prometiam. Aos que respondiam afirmativamente obrigavam a por a mão direita sobre o missal; e, beijando a cruz, voltavam com os “familiares” para o seu lugar.

O inquisidor da primeira cadeira, tomando a “sobrepeliz, estola” e capa roxa, lia-lhes a absolvição da excomunhão maior em que incorreram pelo crime de heresia. Dois clérigos de sobrepeliz tocavam-nos depois de uma vara; e por esta forma ficavam purificados, e podiam entrar no grémio da igreja e no reino do céu.

Por fim liam-se as sentenças dos relaxados ao braço secular.

O corregedor do crime da corte recebia das mãos do inquisidor da primeira cadeira, em ofício fechado, as sentenças dos relaxados; e com elas partia, acompanhado da justiça e dos condenados, para o tribunal da Relação, onde já estava o regeedor com os desembargadores, que sem lerem, nem examinarem o processo, condenavam ao su-

plicio, perguntando aos réus em que lei queriam morrer. Se diziam que na de Cristo, sofriam morte de garrote, sendo os corpos queimados depois; se respondiam que desejavam morrer na de Moisés, ou de qualquer outra legião, eram queimados vivos.

Da Relação acto contínuo, conduziam as vítimas ao lugar do patíbulo, sendo acompanhadas pelos ministros e oficiais da justiça secular.

Parecia um bando de reses que levavam para o matadouro.

No Terreiro do Paço esperavam-nos com impaciência.

Quando eram avistados todos sorriam de contentamento.

Imediatamente os irmãos negros obrigavam os pacientes a subir às pilhas, no meio das quais se elevava uma grande agulha de ferro com uma argola, uma cruz no topo, e uma corrente.

Aos lados estavam, como imóveis duas figuras negras e sinistras, debaixo de um capuz e a “samarra de holandilha” preta com dois buracos nos olhos e outros na boca. Cada um tinha um archote na mão. Eram os “bota-fogos”.

Os algozes precipitavam-se sobre as vítimas; prendiam-nas aos postes de ferro, de pés e mãos pela cintura, de modo que ficavam tolhidas de todos os movimentos. Só lhes era permitido soltar gritos e gemidos, quando não traziam mordada na boca.

Os sinistros “bota-fogos” acendiam os archotes e, em acto contínuo, comunicavam, fogo às pilhas, que começavam logo a arder, com imenso regozijo dos milhares de espectadores e da turba feroz educada pelos jesuítas e inquisidores.

Os infelizes em vão empregam esforços para se desembaraçarem dos laços que os prendem. Torcem-se de dor e de aflição; o público aplaude e ri.

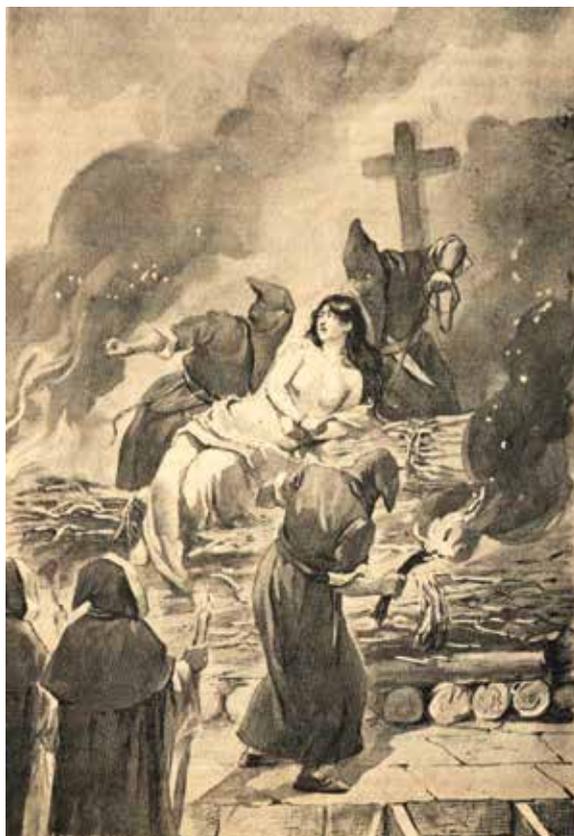
Ouvem-se gemidos e gritos horríveis; o fumo sufoca os padecentes; e estes calam-se.

Ferem os ares novos gritos e gemidos; outra vez cessaram no meio do turbilhão de fumo que sobe pelas pilhas acima e envolve as vítimas.

De repente, levanta-se a terrível labareda; cheira a carne humana assada. O povo feroz e bestificado solta gargalhas diabólicas, sarcasmos e insultos aos padecentes que assim arrancam o último suspiro.

Estava cumprida a chamada justiça divina.

Quando os cadáveres eram disformemente carbonizados nos espetos de ferro, clero, nobreza e povo, retira-



Um auto-de-fé.

vam-se mui contentes para suas casas, ignorando que cada mártir que ali expirava representava a pátria vitimada.

A religião católica estava livre de mais esses inimigos; e Portugal purificava-se assim da heresia.

Imagine-se a influência destes espectáculos horripilantes nos costumes e índole do povo português.

Ninguém, diante deles, se atrevia a pensar livremente e a manifestar o que sentia no íntimo das suas consciências.»

Ainda hoje e fora do contexto da época, é horripilante ler este texto de um auto de fé. A brutalidade e ignorância da Igreja Católica e dos seus eclesiásticos era evidente.

Coube ao Marquês de Pombal acabar com esta barbaridade, embora não tivesse acabado com a Inquisição. Por isso existem ainda hoje homens da Igreja, que criticam e reprovam a acção de Pombal, para com a Igreja Católica.

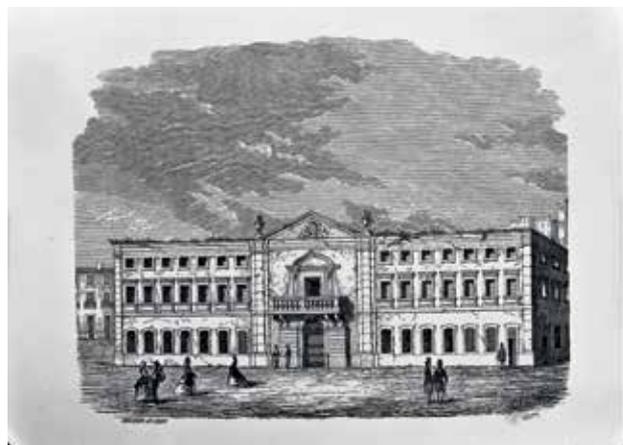
Com as ideias do século XVIII, o “Século das Luzes”, fechadas a Portugal, por esta barbárie inquisitória de uma igreja bacoca, provinciana, retrógrada, fanática e atrasada, coube ao Marquês de Pombal acabar com esta barbárie e tirar o poder à Igreja e aos jesuítas de matarem e torturarem livremente a seu bel prazer.

Coube-lhe reabilitar os cristãos-novos, proibindo que fossem perseguidos por causa da sua religião, igualando-os aos cristãos-velhos, e decretou que as mesas censórias deixassem de estar nas mãos da igreja.

Juntamente fez a reforma da Universidade, decisão importantíssima para entrarem em Portugal as novas ideias, onde a ciência ocupava um lugar importante e que era tão odiada e repudiada pelo clero.

A Inquisição passou a tribunal régio e Pombal acaba com todas as barbaridades inquisitórias, acabando-se as sentenças de morte

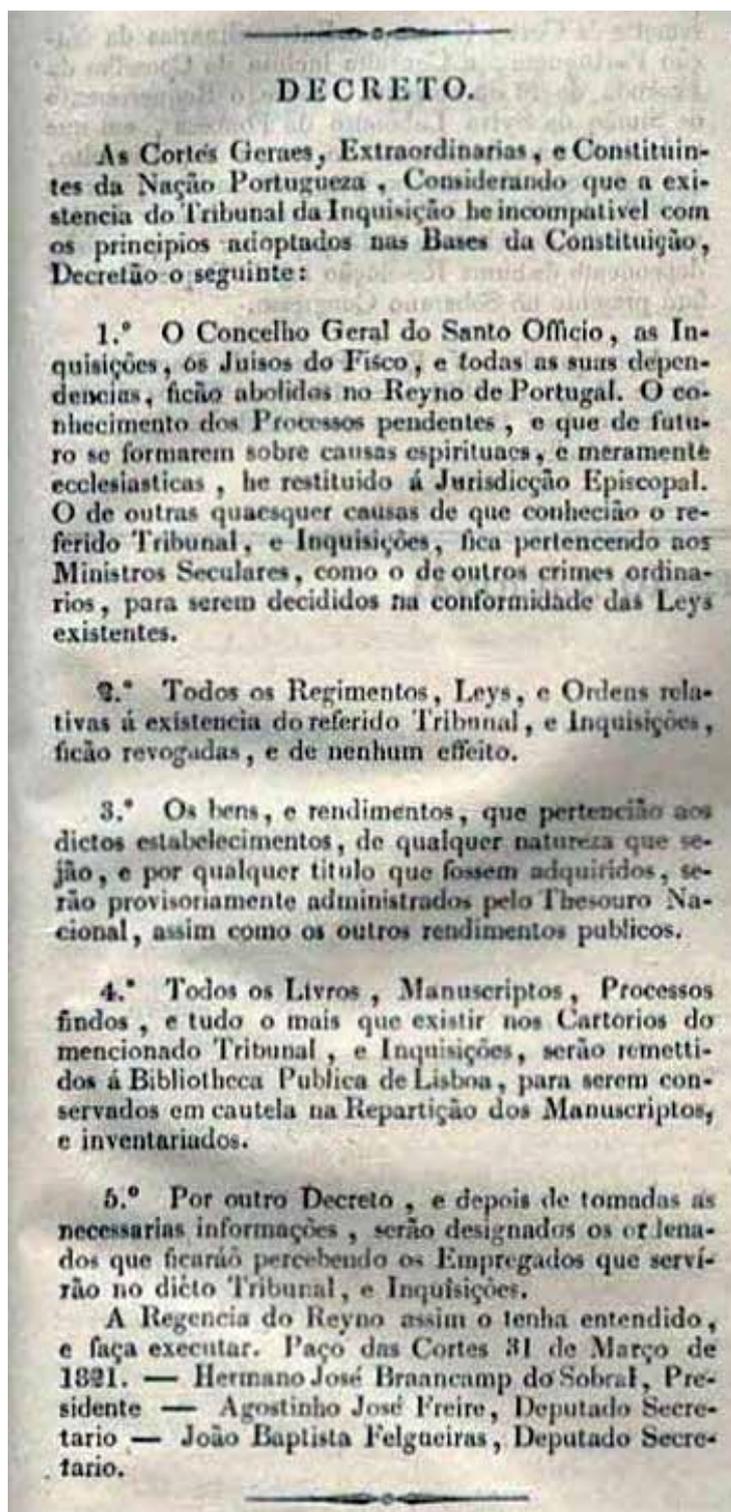
Ilustres portugueses seriam perseguidos e julgados pela Inquisição como Damião de Góis, o Padre António Vieira e os nossos poetas Manuel Barbosa do Bocage e Filinto Elísio, este último encontrava-se em Paris em 1808, para não ser preso pela Inquisição.



Palácio da Inquisição no Rossio, desenho de Nogueira da Silva e gravura de Alberto. Foto: Estúdio Mário Novais | Arquivo Municipal de Lisboa | Arquivo Fotográfico, [1971?].

A 15 de Setembro de 1820, o povo, farto da ditadura cruel da igreja e dos reis que a apoiavam, assalta no Rossio o Palácio da Inquisição, destruiu tudo o que aí encontrou e atirou ao chão estilhando-o, o símbolo da Inquisição, que era a “estátua da fé”.

Com a Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820, as Cortes Constituintes em 1821 aboliram oficialmente a Inquisição e esta nunca mais voltaria a ser introduzida, apesar de algum clero pretender fazê-lo, após a Vilafrancada, que repôs o absolutismo em 1823, tendo chegado a escrever a D. João VI para que assim o fizesse.



O decreto da extinção da Inquisição datado de 24 de Março de 1821.

Contudo este rei sabendo o ódio, que o povo vertia por tal bárbara instituição, nunca se atreveu a fazê-lo, nem mais tarde D. Miguel.

Coube ao deputado liberal Francisco Simões Margiochi, apresentar uma proposta para a abolição da Inquisição, que foi discutida na sessão de 24 de Março de 1821 e aprovada por unanimidade, sendo o decreto da abolição publicado a 31 de Março de 1821

Alexandre Herculano definia bem, o que tinha sido a Inquisição ao escrever: «*Nos três factos principais, manifestação completa do espírito da mais atroz, da mais anticristã instituição que a maldade humana pode inventar, se resume a história da inquisição portuguesa: - nas capturas arbitrarias; nos longos cativeiros sem processo; nas fogueiras devorando promiscuamente o cristão e o judeu por honra da inquisição e da glória de Deus...*

Eis o que se fizera antes de 1547 e o que se fazia depois: os escândalos ... as espoliações, as falsificações, as mentiras impudentes, os atentados contra os bons costumes, as hipocrisias insignes, as barbaridades ocultas, as hecatombes públicas de vítimas humanas».

Contudo as suas barbaridades perdurariam na mente dos portugueses por muitos anos, ao ponto de durante o século XIX, a Igreja ter perdido muitos daqueles a que chamava de fiéis. Na população existia uma natural aversão ao clero, em especial nas cidades, onde a população era mais evoluída e educada, que nos ambientes rurais. Os Liberais trataram de expulsar as ordens religiosas, e de um modo geral a população, em especial das cidades, odiava os padres, que não a doutrina católica.

Os Correios de Portugal aceitaram as propostas apresentadas e emitiram esta bela série de selos, comemorativa dos 200 anos do fim deste genocídio praticado pela Igreja Católica em Portugal, desde 1536 até 1821, quase 300 anos de terror, que atrasaram o nosso país, por causa de um deus, que era o deles e que tinha que ser o de todos.

Todos tinham que acreditar, como a Igreja Católica queria que acreditassem, caso contrário a Inquisição aí estava para tratar das heresias!!

Ainda hoje é assim um pouco, para muitos católicos, que mantêm alguns tiques inquisitórios!!

BIBLIOGRAFIA

- *História da Revolução Portuguesa de 1820*, José Arriaga, Livraria Portuense Lopes & C.^a- Editores, 1886.
- *Origem da Inquisição*, Alexandre Herculano. Tavares Cardoso & Irmão – Editores 1902.
- *A Inquisição*, Livraria Lello, Limitada Editores.



Academia Portuguesa da História

Prémio EMEL – História dos Caminhos, Percursos e Mobilidade

A Academia Portuguesa da História acaba de atribuir ao trabalho de Pedro Marçal Vaz Pereira, *Os Correios Portugueses 1853-1900, Nos 500 ano do Correio em Portugal*, o prémio EMEL destinado ao melhor trabalho literário de 2021 relativo à História dos Caminhos, Percursos e Mobilidade.

Este prémio será entregue no dia 8 de Dezembro, dia em que se encerra o ano académico e se celebram os 300 anos da Academia Portuguesa da História.

Uma peça rara que muito aprecio (II)

João Violante

A peça que agora apresento e sobre a qual passo a tecer alguns comentários, consta de uma carta (Fig. 1) expedida de Viana do Castelo para o Porto, a 17 de Março de 1855, com chegada a 18 do mesmo mês.

Foi franqueada com 75 rs, porte composto por um selo de 25 rs D. Maria II, cunho II e um par de de 25 rs D. Pedro V, cabelos lisos, cunho I, para pagamento do 3º porte interno de cartas com peso entre 5 e 7 oitavas de onça (cada onça corresponde a 28,6875 gramas), conforme constava da tabela de portes em vigor a 1 de Julho 1853 e só posteriormente alterada em 19 de Setembro 1861.

Na frente tem aposta, a preto, a marca pré-adesiva de Viana do Castelo, tipo LF VCT 10, usada no final do período



Fig. 1

pré filatélico (1850 a 1853), concordante com a marca “102”, de 20 barras, do tipo 5/10/5, utilizada na inutilização dos selos.

Como referido antes, esta carta foi expedida a 17 de Março de 1855, portanto durante o 3º mês de circulação dos primeiros selos da emissão de D. Pedro V, cabelos lisos, após o falecimento precoce de sua mãe D. Maria II.

Como se sabe estes primeiros selos desta emissão (5 e 25 rs, cunho I) foram postos em circulação só em Janeiro de 1855, embora D. Maria II tivesse falecido a 15 de Novembro de 1853.

O desfazamento entre estas duas datas fica a dever-se a múltiplos factores, entre os quais se poderá destacar o óbito precoce e talvez inesperado da Rainha, o facto de, à data, ter já sido impressa uma quantidade muito substancial de selos desta emissão (D. Maria II) e, sobretudo, ao facto de Francisco Borja Freire, como 1º abridor da Casa da Moeda, ter recebido instruções precisas no sentido de dar prioridade

absoluta à cunhagem das novas moedas, com a efígie do novo monarca.

Estas novas moedas de 1, 2 e 5 tostões entraram em circulação em 1854 e Borja Freire pôde, então, dedicar-se inteiramente à nova emissão de selos.

Esta explicação ajuda a perceber melhor a existência de selos de emissões distintas, numa mesma correspondência, tal como no caso da peça em apreço. Não se infira daqui, contudo, que seja fácil aparecerem peças semelhantes em quantidade significativa. Antes pelo contrário!

À época, os selos de uma emissão continuavam a circular até se esgotarem naturalmente, apesar de nova emissão poder estar já, também ela, em circulação. Deixavam-se esgotar os stocks da Casa da Moeda e só posteriormente, garantida que estivesse a produção dos seus substitutos, se queimavam os selos remanescentes.

As sobras dos selos de 5 e 25 rs de D. Maria II, foram queimadas a 12 de Fevereiro 1856 e as de 50 e 100 rs a 15 de Janeiro de 1857.

Assim, os selos de 25 rs de D. Maria II continuaram a franquear as correspondências, ao mesmo tempo que os selos equivalentes de D. Pedro V, uma vez que ambos tinham uso legal de franquia.

Só que esses selos seriam usados, maioritariamente, em correspondências de 1º porte interno (até 3/8 de onça) e essas sim, poderão ser consideradas relativamente normais ou vulgares.

Já se tratando de outros portes internos, que não o 1º, o caso muda radicalmente de figura.

A propósito de uma peça semelhante à que apresento, não resisto a comentar a descrição que lhe foi feita, na altura.

Antes de mais, trata-se de uma peça da colecção que foi de João Espírito Santo Salgado e que foi a leilão em Londres, a 2 de Outubro de 1998 (fig. 2). Foi seu leiloeiro a firma António M. Torres.

A peça foi apelidada The “Mother’s Treasure” Cover e a descrição que dela foi feita, passo a transcrever, com a devida vénia:

“O famoso Amor de Mare envelope, 1855 (6 Fev.). Muinhos to Porto. E.L. franked 25 rs D. Maria II die II and D. Pedro V die I (Af.1,6) together, in the early days of usage of the 2nd issue of Portugal, both tied “80” grills of Santo André de Poiares. Both stamps with their heads looking to each other suggesting a relationship. This is the ONLY KNOWN PROPER



Fig. 2

COMBINATION COVER of the first two issues which has the same value (2 x 25 rs stamps) as a usage of the same value stamp of two different issues. An exquisite exhibition rarity". (O sublinhado é de minha responsabilidade)

Implicitamente o que a descrição feita dá a entender é que o relacionamento entre Mãe e Filho, por estarem de cabeças viradas uma para a outra, é de amor e ternura. Comovente, sem dúvida, mas leva-me à tentação de tentar fazer um pouco de humor, perante essa situação.

Esta carta de João Espírito Santo Salgado, como vimos antes, foi expedida a 6 de Fevereiro de 1855. A minha, que aqui apresentei, tem a data de 17 de Março do mesmo ano. Algo de grave certamente se passou, entre estas duas datas, para que Mãe e Filho estivessem, agora, de costas voltadas um para o outro.....

Não fosse a data de falecimento de D. Maria II ter sido, como dissémos atrás, a 15 de Novembro de 1853, e ambas as conjecturas aqui formuladas poderiam ter alguma credibilidade. Mas assim, parece-me que não.....

Importante mesmo, é realçar que a peça apresentada no leilão referido não pode, por razões óbvias, ser considerada peça única, como o foi na altura.

Existe a que apresentei e faz parte da minha colecção e, do meu conhecimento, existe uma 3ª peça (Fig. 3), que nunca tive a oportunidade de analisar, mas da qual tenho uma

digitalização feita a uma sua fotografia.

Então, do que de facto me foi possível concluir, é que se trata de uma carta expedida do Funchal - Madeira - para Lisboa franqueada com selo de 25 rs D. Maria II, cunho II e selo de 25 rs D. Pedro V. cabelos lisos, cunho I.

Aposta na frente, a azul, a marca Madeira numa oval e a obliterar os selos a marca "51" de 20 barras, do Funchal, tipo 6/8/6.

Não tenho conhecimento de mais nenhuma peça semelhante admitindo, no entanto, embora remotamente, que possa ainda haver uma ou outra mais.

O facto de andar, há muitos anos, a coligir informação sobre todas as peças existentes das

emissões Borja Freire e de nela só aparecerem as 3 peças aqui relacionadas, leva-me à conclusão de que, a existir mais algumas, elas serão certamente, muito poucas

São pois, peças de grau de raridade elevado, apesar de constituídas por selos considerados mais ou menos vulgares. Daí o meu enorme apreço pela peça da minha colecção.



Fig. 3

BIBLIOGRAFIA

- Selos Clássicos de Relevo de Portugal - Eng. Armando Vieira
- Catálogo MF - Edição 2020
- Catálogo Leilão colecção João E. S. Salgado - Edição António M. Torres

O selo mais raro de Portugal e Colónias, talvez até do Mundo inteiro

Luis Frazão RDP

Foi este o título que Carlos George deu a um pequeno artigo publicado no livro “Reimpressões”. A palavra a Carlos George:

O selo mais raro de Portugal e Colónias

Aposto que ninguém é capaz de saber qual é o selo mais raro de Portugal e colónias, — talvez até do mundo inteiro. É mais raro que o célebre selo da Guiana Inglesa, que o falecido Artur Hind comprou no leilão de Ferrari por mil contos, porque dêsse supõe-se que já não existe outro, conquanto do nosso sabe-se com certeza que nunca houve senão um.

Trata-se duma variedade do selo da Índia Portuguesa de 1 1/2 reis sobre 2 tangas azul. Como é sabido, existe em cada fôlha dêstes selos — o terceiro da quinta fila — um erro tipográfico, que consiste no «2» do quebrado estar na mesma altura que o «1» (S. F. n.º 165 a).

Há perto de trinta anos apareceu, um belo dia, no meu escritório, um cavalheiro, cujo nome infelizmente não anotei, que disse ter sido tipógrafo na Imprensa Nacional de Nova Goa e que êle mesmo era quem tinha feito a impressão dêstes selos. Trazia, para me vender, o resto duma fôlha, com a sobrecarga invertida. Eram dezoito selos: de dez tinha-se êle desfeito e deu-me a lista dos nomes dos contemplados, que ainda conservo. Comprei-os por quinze tostões cada um.

Afiçou-me que o erro era legitimo e que só tinha dado com êle quando já não tinha remédio e, portanto, existe em



tôdas as fôlhas. Esta fôlha invertida, disse-me, tinha-a êle feito propositadamente, que fêz só uma e que, portanto era a única. Ficou com ela e mandou-a carimbar no correio. Quando eu lastimei êsse facto, êle respondeu que estava arrependido, porque agora sabia que tinha feito asneira, mas então estava persuadido, — como aliás tantos outros, — que só carimbados tinham valor para os colecionadores.

O erro tinha-o êle dado, com outro exemplar anexo, ao seu superior, o sr. Albano de Sousa, que era, suponho eu, o chefe da Imprensa Nacional, ou da oficina.

E é êste o selo mais raro de Portugal e colónias e talvez, até do mundo inteiro. Onde estará êle agora?
É raríssimo... mas não vale mil contos!

Figura 1

Para melhor se entender o motivo que nos levou a reapreciar a prosa e os comentários acima, começemos por identificar o selo de 1 1/2 reis sobre 2 tangas azul da Índia Portuguesa, na versão normal e com o erro.



Figura 2

Trata-se duma variedade do selo da Índia Portuguesa de 1 1/2 reis sobre 2 tangas azul. Como é sabido, existe em cada fôlha dêstes selos — o terceiro da quinta fila — um erro tipográfico, que consiste no «2» do quebrado estar na mesma altura que o «1» (S. F. n.º 165 a).

Na figura 3 mostra-se a 5ª linha, onde aparece o referido erro tipográfico na posição 19.



Figura 3

Postas estas referências iniciais passemos à narrativa de C. George, em particular quando refere que “*Há perto de 30 anos...*”, o que nos vai permitir estabelecer o quadro temporal em que teve lugar a visita do tipógrafo da Imprensa Nacional de Goa. Como o livro “Reimpressões” foi publicado pela Molder em 1944, e com certeza que o artigo que referimos não terá sido o último a ser escrito, se recuarmos 30 anos, situamo-nos certamente nos primeiros dez anos do século XX. Ora como a emissão em questão vem referida no catálogo Mundifil com data de 1900, emitidos os selos a 19 de Junho, estamos em consonância com a data provável da visita a Lisboa do referido tipógrafo.

Mas voltemos à narrativa:

selos. Trazia, para me vender, o resto duma fôlha, com a sobrecarga invertida. Eram dezoito selos; de dez tinha-se êle desfeito e deu-me a lista dos nomes dos contemplados, que ainda conservo. Comprei-os por quinze tostões cada um

Aparece aqui a referência a selos dessa emissão com a sobretaxa invertida, que C. George adquiriu (os 18 exemplares que lhe eram propostos), tendo pagado a quantia de 15 tostões por cada selo, o que teria hoje um contravalor de €25.¹

Mais afirmou o tipógrafo que o erro era legítimo, e que a folha com a sobretaxa invertida foi ele que a fez, propositadamente, e somente uma folha.

Teríamos assim que dos 28 selos da folha, 27 são com a sobretaxa 1 ½ invertida (2 quebrado abaixo do 1), e somente um exemplar com a sobretaxa invertida com o 2 do quebrado na mesma altura que o 1.

Relata ainda C. George, que o tipógrafo ofereceu o erro em par com outro selo ao seu superior, que vendeu 8 exemplares, e que os restantes foram para as mãos de C. George; disse ainda que anteriormente fizera carimbar todos os exemplares da folha, do que estava amargamente arrependido.

Não estamos em condições de ilustrar o selo invertido, “*o mais raro de Portugal e colónias e talvez até do mundo inteiro*”, não sabemos onde se encontra nem mesmo se ainda existirá. Mas para a pequena história, ilustramos de seguida (figura 4) um dos 27 outros, também com a sobretaxa invertida, que adquirimos recentemente num reputado leilão em Portugal, que foi à praça por €50, e não tendo sido vendido, passou aos retirados, onde o fomos comprar.



Figura 4

Sem querer fazer qualquer comparação com o Magenta da Guiana britânica, que vai agora de novo à praça com uma estimativa de venda entre 10 e 15 milhões de dólares, congratulamo-nos por termos adquirido este selo, de que somente se conhecem 27, na certeza de que os €50 foram um razoável investimento filatélico (mesmo admitindo que a sobrecarga seja falsa!)

E em relação ao nosso selo, diríamos como C. George, “não vale €50, mas quanto valerá?”

E é este o selo mais raro de Portugal e colónias e talvez, até do mundo inteiro. Onde estará êle agora?
É raríssimo... mas não vale mil contos!

P.S. Para completar esta narrativa, comentarei o que se passou comigo, faz agora 5 anos, num festivo almoço, no Mónaco, dos membros do Clube de Monte Carlo. As mesas da realeza, com os reis e os príncipes da filatelia estavam todas ocupadas, havendo, no entanto, alguns lugares vagos numa das mesas “secundárias”, onde me sentei, para saborear o meu almoço. Pouco depois, veio sentar-se ao meu lado um senhor muito discreto, que imediatamente atacou o almoço. Passados alguns momentos, e num espírito confraternizador inquiri qual era a sua especialidade filatélica. Respondeu-me que não colecionava país ou região nenhuma, apenas comprava selos que lhe chamassem a atenção, pela estética, raridade, ou outras características. Fazendo jus dos meus conhecimentos, disse-lhe, por piada, que o selo da Guina Britânica poderia certamente interessar-lhe.

A resposta veio de imediato: *Sim, esse foi um que acabei de o comprar*².

Depois apresentou-se e disse que se chamava Stuart Weizman; afinal estava sentado ao lado do Imperador da filatelia.

¹ Os meus agradecimentos ao Prof. João Cesar das Neves pela informação da conversão monetária

² pagou US\$9.500.000,00 pelo selo da Guiana

A emissão “Centenário das Faculdades de Farmácia”

João Rui Pita

Professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

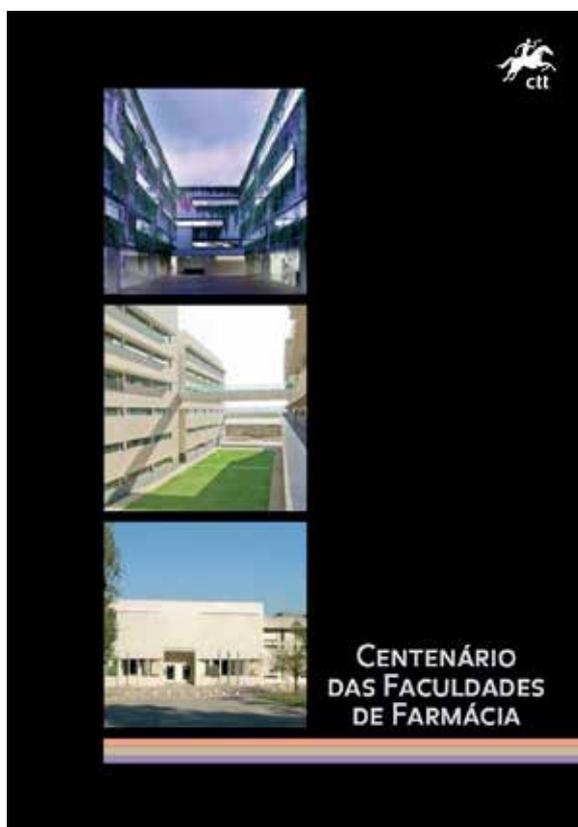
No dia 18 de janeiro de 2021 comemoraram-se cem anos sobre a passagem das Escolas de Farmácia portuguesas (de Lisboa, do Porto e de Coimbra) a Faculdades. Isto não quer dizer que o ensino farmacêutico em Portugal se tenha iniciado em Portugal em 1921. Com efeito, no final do século XVI foi fundado na Universidade de Coimbra um curso de boticários que não era conducente a qualquer grau académico e era lecionado em boticas embora os alunos estivessem matriculados na Universidade. Em 1772 a reforma pombalina da Universidade de Coimbra reestruturou o curso, fixando-o dentro do espaço da Universidade sendo composto por dois anos de prática no Laboratório Químico e dois anos de prática no Dispensatório Farmacêutico. Em 1836, no âmbito das reformas do ensino de Passos Manuel foram fundadas as Escolas de Farmácia de Lisboa e do Porto, integradas nas recém-fundadas Escolas Médico-Cirúrgicas, bem como a Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra, afeta à Faculdade de Medicina e resultante da transformação do curso estabelecido na reforma pombalina da Universidade. Este estado de coisas manteve-se até 1921 embora com algumas e profundas reformas. Vejamos quais: em 1902 a

reforma das Escolas e dos planos de estudos elevaram os cursos de farmácia a superiores. Em 1911 nova reforma e o ensino passa a ser considerado autónomo relativamente às Faculdades de Medicina. Lembre-se que em 1911 foram fundadas as Universidades de Lisboa e do Porto e nelas as respetivas Faculdades de Medicina sucessoras das Escolas Médico-Cirúrgicas. Em 1918 as Escolas de Farmácia de Lisboa, do Porto e de Coimbra passaram a ser designadas por Escolas Superiores de Farmácia reforçando-se a autonomia relativamente à medicina.

Assim, em 1921, através do Decreto nº 7238 de 18 de janeiro, promulgado pelo Presidente da República António José de Almeida, as Escolas Superiores de Farmácia de Coimbra, de Lisboa e do Porto deram lugar às Faculdades de Farmácia. O Decreto sustentava a conversão das escolas em faculdades baseado no facto de “os fins dessas Escolas são [serem] exatamente idênticos aos das Faculdades”. Vincava o Decreto que aos seus alunos eram “exigidas as mesmas habilitações” que aos das faculdades e que os professores das escolas tinham “regalias e vencimentos iguais aos dos professores das Faculdades”. Deste modo estavam reunidas as condições para a fundação das Faculdades à semelhança do que vinha acontecendo em vários países do estrangeiro.

Contudo, em 1921 não houve apenas uma mudança de designação; houve modificações institucionais, científicas, pedagógicas e as repercussões profissionais foram evidentes. Aquele decreto foi comum para as três Escolas de Farmácia de Portugal. Além dos considerandos iniciais o documento é composto por dois artigos: “Artigo 1º As Escolas Superiores de Farmácia das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto passam a denominar-se Faculdades de Farmácia. Artigo 2º Fica revogada a legislação em contrário”. Assim, ficavam extintas as antigas Escolas Superiores de Farmácia de Coimbra, Lisboa e Porto fundadas 1836 e constituíam-se as Faculdades de Farmácia.

Em 1921 vivia-se em Portugal um período de forte instabilidade política, social e económica. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) havia terminado cerca de três anos antes e as suas consequências eram evidentes. A pandemia de gripe havia dizimado a população europeia e mundial entre 1917 e 1919. Só em Portugal terá provocado mais de 100.000 mortos. A insulina foi descoberta exatamente em 1921. Nos anos 20 do século XX a indústria farmacêutica seguia a sua marcha imparável na mira da sua consolidação institucional, científica e técnica. Os medicamentos industrializados tornavam-se uma realidade. As indústrias estrangeiras divulgavam e comercializavam os seus medicamentos em Portugal. O arsenal terapêutico aumentava gradualmente. A microbiologia e as esterilizações tornavam-se áreas de interesse farmacêutico. As Faculdades de Farmácia tinham que dar resposta a estas novas áreas do conhecimento e de atuação profissional. A constituição de Faculdades de Farmácia eram, assim,



Pagela dos CTT relativa à emissão “Centenário das Faculdades de Farmácia”

uma urgência. Cada Faculdade de Farmácia teve o seu regulamento aprovado em documentos autónomos ao longo de 1921 (decretos nº 7355, Porto; nº 7668, Coimbra; e nº 7700, Lisboa) onde podemos ver algumas (poucas) diferenças entre as três Faculdades. A entrada das Faculdades em pleno funcionamento foi realizada nos anos-letivos de 1921/22.

Para assinalar esta data marcante na vida portuguesa, e em particular na história da farmácia portuguesa, no dia 23 de abril de 2021 foi lançada em circulação a emissão intitulada “Centenário das Faculdades de Farmácia”. Trata-se de uma série composta por três selos diferentes taxados para 0,53 €, 0,68 € e 0,88 €, com um tiragem igual de 100 000 de cada valor. No que concerne ao design os selos foram concebidos no Atelier Design & etc por Elizabete Fonseca. De acordo com a pagela dos CTT os selos foram impressos em papel FSC 110 g/m², o formato é de 40 x 30,6 mm e a picotagem é de 12^{1/4} x 12 e Cruz de Cristo. A impressão foi em offset e o impressor a Imprensa Nacional Casa da Moeda – INCM, em folhas com 50 exemplares. Trata-se, em nosso entender, de três selos muito bem, conseguidos onde temos a articulação entre o atual e o antigo, isto é, a história das instituições. Cada selo é relativo a cada uma das Faculdades portuguesas que comemoraram o seu centenário: a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e as congéneres do Porto e de Lisboa.

O selo com valor facial de 0,53 € é dedicado à Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Neste selo encontramos em destaque o símbolo da farmácia que se encontra pintado na Sala do Senado da Universidade de Coimbra tendo por fundo o atual edifício da Faculdade de Farmá-



Selo de €0,53 da emissão “Centenário das Faculdades de Farmácia” alusivo à Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

cia projetado pelos arquitetos Pedro Matos Gameiro e Carlos Crespo e que funciona desde 2009. O selo não segue a mesma matriz dos outros dois: não se representa o primeiro diretor da Faculdade e em sua substituição foi colocado o símbolo da farmácia, neste caso a serpente enrolada na palmeira. A nosso ver teria sido também interessante, à semelhança dos outros dois selos, que estivesse representado o primeiro diretor da Faculdade e grande obreiro da transformação da Escola em Faculdade, Manuel José Fernandes Costa (1870-1952). Natural de Foz de Arouce, Lousã, Manuel José Fernandes Costa foi professor da Faculdade de Farmácia desde 1904. A sua área principal de ensino e de investimento e administração científica foi a área da farmacognosia, sucessora da história natural das drogas embora também se possam assinalar passagens pela área da bromatologia e da farmácia

galénica onde foi igualmente professor. Desempenhou vários cargos na Faculdade e na Universidade tendo sido diretor da Escola / Faculdade entre 1911 e 1928 justamente o período de fundação da Faculdade no qual se empenhou de modo muito particular. Foi reitor interino da Universidade. Exerceu significativa atividade cívica e política sendo forte defensor dos valores republicanos. Foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1911 por Arganil e, mais tarde, em 1921, deputado por Coimbra, tendo-se jubilado como professor catedrático em 1940.

O selo com valor facial de 0,68 €, comemora o centenário da Faculdade de Farmácia do Porto. Neste selo é destacada a figura de Aníbal Cunha através de uma pintura da autoria de Thomaz de Moura, datada de 1924. Como pano de fundo o selo tem as atuais instalações da Faculdade um moderno edifício projetado pelo arquiteto José Manuel Soares e inaugurado em 20 de janeiro de 2012. Aníbal Cunha (1868-1931) é uma das figuras mais carismáticas da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Realizou os estudos secundários e ingressou na vida militar em 1888. Com ideais republicanos, Aníbal Cunha participou na revolta de 31 de janeiro de 1891 e na sequência disso esteve exilado em Espanha e no Brasil. Recorde-se que a revolta de 31 de janeiro foi a primeira movimentação revolucionária que tinha por objetivo o derrube da monarquia e a implantação da república no nosso país. Aníbal Cunha regressou a Portugal em 1894 e inscreveu-se na então Escola de Farmácia do Porto. Mais tarde foi reintegrado no exército. Foi aluno brilhante o que o levou a ser convidado para preparador da Escola em 1905. Em 1911 ascendeu a 1º assistente e em 1915 a professor extraordinário. Quatro anos volvidos assumiu a direção da Escola onde se manteve durante vários anos. Quando se deu a passagem da Escola a Faculdade, em 1921, Aníbal Cunha era seu diretor tendo sido um dos principais responsáveis por essa transformação na Universidade do Porto e no



Manuel José Fernandes Costa com o traje académico da Universidade de Coimbra. In: *Notícias Farmacêuticas*. 4. 1937-1938.

ensino farmacêutico em Portugal. Do ponto de vista científico Aníbal Cunha desenvolveu atividade no âmbito da química farmacêutica tendo sido diretor do Laboratório de Química Farmacêutica da sua instituição cargo que assumiu entre muitos outros. Faleceu em S. Mamede de Infesta, na sua residência, com uma vida em prol da vida cívica, em defesa do ensino farmacêutico e dos valores da farmácia e no posto de tenente-coronel farmacêutico.

O selo com valor facial de 0,88 €, comemora o centenário da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. Neste selo é destacada a figura de Ruy Telles Palhinha (1871-1957). Como pano de fundo o selo tem as atuais instalações da Faculdade um moderno edifício projetado pelo arquiteto Raúl Hestnes Ferreira e inaugurado em 1996. Ruy Telles Palhinha é uma figura de grande projeção na história da farmácia e da ciência portuguesas, nomeadamente no campo da botânica. Natural dos Açores veio estudar para Portugal. Formou-se na Faculdade de Filosofia, antecessora da Faculdade de Ciências, da Universidade de



Selo de €0,68 da emissão “Centenário das Faculdades de Farmácia” alusivo à Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto

Coimbra em 1893. Pessoa de grande dinamismo, foi professor do liceu em Santarém e Lisboa, reitor do Liceu Camões de Lisboa, professor da Escola Politécnica de Lisboa e da Faculdade de Ciências, da Escola Normal Superior da Universidade de Lisboa após 1911, bem como da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa entre 1918 e 1926. Entre múltiplos cargos e funções destaque-se a de diretor do Jardim Botânico da Universidade de Lisboa. Jubilou-se em 1940 depois de uma intensa atividade científica sobretudo debruçada sobre a flora portuguesa e em particular a flora açoreana. Legou-nos vários e importantes trabalhos no campo da botânica. O seu nome, o apelido, serve de base a algumas denominações botânicas e do mesmo modo foram-lhe dedicadas algumas espécies botânicas. Exerceu importante atividade cívica e política. Aderiu à maçonaria em 1907. Entre várias atividades para além das atividades científicas refira-se que foi Presidente da Câmara Municipal de Santarém e Vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

A emissão dedicada ao centenário das Faculdades de Farmácia em Portugal é de significativa importância para a filatelia portuguesa. Desde logo porque se trata de uma emissão de valor para a temática filatélica de farmácia e me-



Selo de €0,88 da emissão “Centenário das Faculdades de Farmácia” alusivo à Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

dicamento. Por outro lado, tem interesse relevante para a temática da arquitetura pelos edifícios representados. Dois dos selos são importantíssimos para temáticas da vida política, cívica, cultural e científica portuguesa por representarem duas personalidades de grande relevância: Aníbal Cunha e Ruy Telles Palhinha. Mas outros elementos iconográficos podem ser bem aproveitados para outras coleções temáticas. Trata-se, portanto, de uma emissão importante para a filatelia portuguesa que por ser, a nosso ver, multifacetada pelas encerra inúmeras potencialidades.

SUGESTÕES DE LEITURA

- Aníbal Cunha. In Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20an%c3%adb%20cunha (consultado em 30 de outubro de 2021)
- BROJO, A. Pinho; REBELO, Maria de Lourdes, PITA, João Rui (Organização) — *Farmácia, Ciência e Universidade. A fundação da Faculdade de Farmácia de Coimbra em 1921*. Coimbra: Minerva, 2000.
- DIAS, J.P. Sousa — “Instituições dedicadas ao ensino da Farmácia em Portugal - uma perspectiva histórica”. *Farmácia Portuguesa*. 11:53(1988) 8-12.
- PITA, João Rui — “A farmácia em Portugal: de 1836 a 1921. Introdução à sua história. Parte I. Ensino farmacêutico e saúde pública — formação e actividade dos farmacêuticos portugueses”. *Revista Portuguesa de Farmácia*. 49:1 (1999) 11-20.
- PITA, João Rui — *A Escola de Farmácia e Coimbra (1902-1911)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.
- PITA, João Rui — “O centenário das Faculdades de Farmácia em Portugal (1921-2021)”. *Farmácia Distribuição*. 345 (2021) 46-48.
- PITA, João Rui — “O centenário da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (1921-2021)”. *Farmacêutico News*. 9:53 (2021) 34-37.
- RODRIGUES, Manuel Augusto — *Memória Professorum Universitatis Conimbrigensis*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.
- Ruy Telles Palhinha. In Enciclopédia Açoriana <http://www.culturacoeres.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9202> (consultado em 30 de outubro de 2021)
- Último (O) Mestre da Escola Politécnica [Ruy Telles Palhinha]. *Anais Azevedos*. 9:4-5(1957) 219-222

AEROPORTO DA HORTA

1971 (24 de Agosto) – 2021

Carlos Lobão



Sobrescrito comemorativo da inauguração do aeroporto em 24 de abril de 1971

CLUBE DE FILATELIA O ILHÉU

O Clube de Filatelia *O Ilhéu*, da Escola Secundária Manuel de Arriaga, levou a efeito no dia 14 de maio, pelas 11h30, na Biblioteca da Escola Secundária Manuel de Arriaga, uma Mostra intitulada *50.º aniversário do aeroporto da Horta. 1971-2021*, com a apresentação de carimbo, selo e postal máximo.

Na mesma cerimónia, e dando sequência à apresentação dos brasões das diferentes freguesias do concelho e do município da Horta, foram apresentados três selos de outras tantas freguesias, a saber: Castelo Branco, Angústias e Conceição.

Também foram apresentados mais dois selos: um comemorativo do centenário do nascimento do Eng. Frederico Machado; e outro sobre o 25 de abril.



Mostra na Biblioteca

O aeroporto é o resultado de uma velha aspiração dos faialenses, que desde 1919 estão em contato com os gigan-



Carlos Lobão, no uso da palavra, ladeado pelo diretor do aeroporto da Horta e por Paula Menezes, presidente do Conselho Diretivo da ESMA.



Ricardo Alves, diretor do aeroporto da Horta, ao centro da mesa.

tes do ar. O dia 1 de maio de 1968 marca o início de um percurso que só terminou com a sua inauguração a 24 de agosto de 1971, e que teve as honras de Estado com a presença tanto do presidente da República Portuguesa Américo de Deus Tomás como do ministro das Obras Públicas e das Comunicação Rui Sanches.

A cerimónia contou com a presença do diretor do aeroporto da Horta e dos membros das juntas de freguesia supra e com alunos, professores e funcionários da ESMA.

Paralelamente, na sala da Biblioteca realizou-se uma mostra filatélica, fotográfica, documental e bibliográfica sobre o assunto.



REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA



Exmo. Senhor
Doutor João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento
Presidente da Comissão Executiva (CEO) dos CTT
Correios de Portugal, S.A.
Edifício CTT - Avenida D. João II, nº 13 - 13º Piso
1999-001 Lisboa

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Nossa data
		106/AC/21 - Proc. 9.1.1	26-07-2021

ASSUNTO: Entidade Benemerita

Caro Professor

Tenho o gosto de comunicar a V. Exª que, em reunião de Académicos de Número de dia 21 do corrente, a Empresa CTT - Correios de Portugal, S.A. foi eleita, por unanimidade, como Empresa Benemerita da Academia Portuguesa da História.

A entrega do Colar de Honra da APH será feita no próximo dia 8 de Dezembro, em sessão solene de encerramento do ano comemorativo dos 300 anos da fundação da Academia Real da História Portuguesa.

Oportunamente voltarei ao contacto de V. Exª para as necessárias informações.

Com os melhores cumprimentos, *Manuela Mendonça*

Lisboa, 2021. Julho. 26

A Presidente

Manuela Mendonça
Prof.ª Doutora Manuela Mendonça



Academia Portuguesa da História

Pavão dos Lóios / Alameda das Linhas de Torres, 198 - 200
1769-024 Lisboa - Portugal - Tel: 217 542 050 - Fax: 217 241 392
E-mail: geral@academiaportuguesadahistoria.gov.pt

CTT-Correios de Portugal Empresa Benemerita da Academia Portuguesa da História

Foi com enorme satisfação, que a Direcção da Federação Portuguesa de Filatelia recebeu a notícia que o Conselho Académico da Academia Portuguesa da História tinha eleito os CTT-Correios de Portugal Empresa Benemerita daquela casa da história.

Os CTT-Correios de Portugal através das suas emissões filatélicas e dos livros que publicam, de altíssima qualidade técnica e gráfica, têm prestado à história do nosso país um contributo inestimável, agora reconhecido ao mais alto nível pela Academia Portuguesa da História.

Felicitemos os CTT-Correios de Portugal pela distinção agora concedida, que muito prestigia aquela empresa e a sua Direcção de Filatelia e felicitamos igualmente a Academia Portuguesa da História pela sábia decisão agora tomada.

25º aniversário da Associação de Filatelia e Coleccionismo do Vale do Neiva



Carimbo
Comemorativo

longo dos 25 anos de existência.

A Associação de Filatelia e Coleccionismo do Vale do Neiva assinalou a data do 25º aniversário, com o lançamento de: um Inteiro Postal, um carimbo, um selo personalizado, uma mostra de literatura filatélica, carimbos comemorativos e postais ilustrados. Todos estes artigos, expostos, foram editados ao



Frete do IP



Verso do IP

O evento decorreu nos Antigos Paços do Concelho de Viana do Castelo, no dia 14 de Setembro pelas 18h00.

Estiveram presentes na mesa de honra, o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Eng. José Maria Costa, o representante do Correios de Portugal, Dr. Pedro Neves, o representante da Federação Portuguesa de Filatelia, Eng. Júlio Maia e o Presidente da Associação de Filatelia e Coleccionismo do Vale do Neiva, José Manuel Pereira. Entre o público presente destacaram-se o Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Punhe, António Costa e o Presidente da Junta Freguesia de Mujães, José Oliveira, além dos associados e representantes associativos.



Literatura da AFCVN



Arménio Belo, Fernando Fernandes e José Oliveira



Da esquerda para a direita - Pedro Neves, José Maria Costa, José Pereira e Júlio Maia

O Presidente da AFCVN, iniciou as intervenções agradecendo a todos os presentes e fazendo uma retrospectiva da vida da Associação, não esquecendo de elogiar todos os associados, os Presidentes anteriores e as entidades que têm acompanhado a Associação. Destacamos a Federação Portuguesa de Filatelia, CTT Correios de Portugal, Câmara Municipal de Viana do Castelo, as Juntas de Freguesia e empresas da região.



Intervenção do Presidente da AFCVN, José Pereira

Seguiu-se o representante da Federação Portuguesa de Filatelia, Júlio Maia, que transmitiu vários elogios ao trabalho desenvolvido pela Associação, enviados pelo Presidente da FPF, Pedro Vaz Pereira.



Intervenção do representante da FPF, Júlio Maia

O representante do CTT, Dr. Pedro Neves, realçou a parceria dos CTT, nas exposições realizadas e nos carimbos editados, não deixando de elogiar todo o trabalho realizado.



Intervenção do representante dos CTT, Dr. Pedro Neves

A finalizar, o Presidente da C.M.V.C., José Maria Costa, enalteceu o trabalho da associação na divulgação da cultura, uma vez que, o colecionismo e a filatelia, são efectivamente cultura. “Com as actividades da AFCVN, Viana do Castelo foi anfitriã de várias exposições nacionais e internacionais, assim como o Congresso da Federação Europeia de Filatelia (FEPA) e a Exposição Filatélica bilateral Luso-Brasileira – Lubrapex 50 anos”, referiu José Maria Costa.

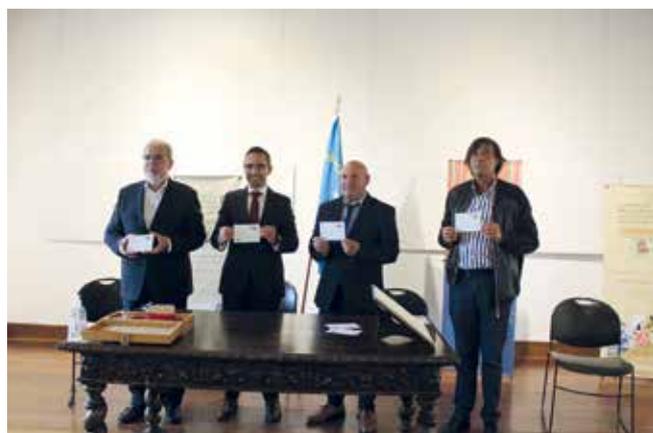


Intervenção do Presidente da CMVC, José Maria Costa

A honra da inauguração do Carimbo Comemorativo, sobre o Inteiro Postal, foi dada ao Presidente da Câmara, José Maria Costa, seguindo-se todos os outros intervenientes, que posteriormente assinaram os IP para memória futura.



Carimbo inaugurado pelo Presidente da CMVC, José Maria Costa



Inteiros Postais, obliterados e assinados



José Maria Costa, deixa mensagem no livro de Honra da AFCVN



Júlio Maia, deixa mensagem no livro de Honra da AFCVN

A Associação de Filatelia e Coleccionismo do Vale do Neiva, deixa um agradecimento a todos aqueles

que estiveram presentes neste momento festivo da sua história.

Jantar Comemorativo do 25º Aniversário da Associação de Filatelia e Coleccionismo do Vale do Neiva

José Pereira

A Associação de Filatelia e Coleccionismo do Vale do Neiva comemorou o seu 25º aniversário a 14 de Setembro de 2021, realizando-se o jantar Comemorativo no dia 18 do mesmo mês, na Quinta da Presa na Meadela-Viana do Castelo. Este jantar reuniu muitos dos associados que, de diferentes maneiras, participaram na construção da história desta Associação.



Maria Lurdes, Olindo Maciel e Isabel Carvalho

Durante estes 25 anos, a Associação de Filatelia e Coleccionismo do Vale do Neiva transformou-se numa referência do cenário filatélico nacional, pelo trabalho desenvolvido nas acções de divulgação e promoção da filatelia Portuguesa a nível local, nacional e internacional.



Romeu Barros, Florival Rio, Madalena Rio, Américo Rebelo

Fundada por um grupo de amantes da filatelia e do coleccionismo teve, desde o início, um papel importante na divulgação deste hobby nas gentes do Vale do Neiva, como comprovam as inúmeras mostras, acções de formação e as Exposições internacionais realizadas ao longo destas duas décadas.

Fruto deste trabalho, sustentado pelo esforço e dedicação dos seus associados, em 2013, recebeu o Certificado da Federação Europeia de Filatelia (FEPA), para a melhor associação filatélica europeia no ano 2013. De destacar que esta distinção nunca tinha sido anteriormente atribuída a nenhuma outra associação portuguesa.

Da sua actividade destaca-se, ainda, a edição semestral da revista "Vale do Neiva Filatélico", já distinguida, várias vezes, pela FPF.

Para perpetuar este momento, a direcção decidiu ofertar aos Associados presentes neste jantar, uma peça em prata, que representa estas Bodas de Prata.

Como agradecimento, pelas parcerias e apoios concedidos ao longo dos últimos 25 anos, não poderia a AFCVN deixar de distinguir estas instituições que nos ajudaram a crescer e a cimentar uma posição de relevo na filatelia nacional e internacional.



Intervenção do Presidente da AFCVN, José Pereira



Entrega da distinção ao representante da FPF, Júlio Maia

A saber as distinções atribuídas:

CTT Correios de Portugal, S.A.
Câmara Municipal de Viana do Castelo
Federação Portuguesa de Filatelia
União de Freguesias de Barroelas e Carvoeiro
Junta de Freguesia de Vila de Punhe
Junta de Freguesia de Mujães
Seminário dos Passionistas de Barroelas

Também foram atribuídos os prémios de “Mérito”, concedidos anualmente pela Associação de Filatelia e colecção do Vale do Neiva, prémio que em 2019 e 2020 não tinham sido atribuídos, devido ao estado de pandemia Covid-19.

Assim relativamente aos anos 2019 e 2020 foram distinguidos, como “Sócio do Ano”, José Alberto Carvalho e Eduardo Oliveira Sousa, pelo empenho e dedicação evidenciados em prol da Associação. Como Empresa do ano, a distinção recaiu na “Gráfica do Neiva”.



Distinção do Associado do ano 2019-2021, Eduardo Sousa



Distinção do Associado do ano 2019-2021, José Carvalho



Entrega da distinção, Empresa do Ano, a Rui Eiras, responsável da empresa - Gráfica de Barroelas

A Federação Portuguesa de Filatelia, pelo seu representante, Júlio Maia, entregou um bonito pergaminho, como homenagem à AFCVN, pelo 25º aniversário. O representante da FPF, leu ainda uma missiva enviada pelo Presidente, Pedro Vaz Pereira, que quando terminada, foi aplaudida de pé por todos os presentes.

Antes da entrega das supracitadas distinções, foi feito um minuto de silêncio, por proposta do Presidente da AFCVN, para homenagear os Associados falecidos nestes 25 anos.

O presente e o futuro da Associação de Filatelia e Colecção do Vale do Neiva é, e vai continuar a ser um ca-



Júlio Maia lê mensagem enviada pelo presidente da FPF, Pedro Vaz Pereira



Entrega do Pergaminho, ofertado pela FPF ao Presidente da AFCVN, José Pereira



Pergaminho oferecido pela FPF

minho de superação e inconformismo. A pretensão dos associados sobre a prossecução do futuro desta Associação, será a minha: continuar a construir uma Associação dentro dos valores da honestidade e divulgação deste hobby e da sua cultura.

A presença dos associados, nesta comemoração, revela exatamente aquilo que somos: uma Associação que é dos associados. Somos uma Associação que se mantém leal às

suas origens e à vontade dos seus Associados. Esta verdade nunca mudará, pelo menos enquanto me mantiver como Presidente. Anseio que os associados assegurem, no futuro, a transmissão destes valores que vêm sendo implementados desde a nossa fundação em 1996 e garantam a sua permanente renovação.

Não existem segredos ou fórmulas mágicas para a vida associativa, sem os associados, o seu entusiasmo, dedicação e apoio, não teríamos razão de existir, como Associação, nem chegado a este patamar que muito nos orgulha.

É isso que devemos continuar a celebrar, a vontade, a determinação, a liderança e a lealdade dos Associados a um projeto que se renova a cada ano.

Na realidade só desejo conseguir continuar a estar à altura dos desafios que se avizinham e na continuidade da história desta Associação.

A todos, os presentes, o nosso muito obrigado.

Elementos da direcção fazem o corte do bolo



MARCELO GLÁUDIO STUDART

1932-2021

Pedro Marçal Vaz Pereira

Morreu um grande Amigo de Portugal! Morreu um grande Senhor da Filatelia.

“Vaz Pereira, daqui fala da colónia”, assim me dizia Marcelo Studart, quando me telefonava do Brasil.

Era e foi sempre um Senhor! Um Senhor com um “ S” muito grande.

Sempre nobre, leal, honesto, vertical, competente e amigo do seu amigo.

Coube-lhe a ele conduzir a filatelia brasileira, sem interesses pessoais ou particulares durante muitos anos.

Foi Presidente da Federação Brasileira de Filatelia durante muitos anos, mas antes foi seu director ao mais alto nível.

Não me esqueço da grande Lubrapex, que organizou em 1990 na cidade de Brasília, uma das maiores e mais bem organizadas, que tive a oportunidade de visitar.

Marcelo Studart era na sua vida particular, um militar de grande prestígio da Força Aérea Brasileira, sendo o Comandante do avião presidencial do Brasil.

Confidenciou-me um dia, que tinha na base a mala sempre pronta porque o “

Sr. Presidente da República em qualquer altura precisava de viajar e ele tinha que estar sempre em prontidão absoluta”.

Foi diplomata brasileiro em Lima no Perú, onde deixou uma excelente obra.

Era um filatelista ao mais alto nível. Escreveu uma obra importante na Filatelia do Brasil, com o título : *Falsificações e Fraudações na Filatelia Brasileira*.

Nesta efectuava exaustivamente o estudo das falsificações, que tinham aparecido no Brasil e eram na realidade muitas.

Nos últimos dois anos em que estive à frente da FEBRAF, viveu um período conturbado da Filatelia Brasileira, onde foi muito incompreendido.

Mas Marcelo Studart, como grande senhor da filatelia, soube ultrapassar com elegância e saber esses tempos e

entregou uma Federação Brasileira de Filatelia, cheia de pergaminhos e prestígio.

Convidado pela Federação Portuguesa de Filatelia, esteve diversas vezes em Portugal e era sempre uma alegria recebê-lo e com ele aprender as lições, que a vida filatélica nos dá.

Morreu um grande senhor da filatelia luso-brasileira, ficamos a saudade e o seu exemplo de competência, saber, lealdade e honestidade.

Em meu nome pessoal e da Direcção

da FPF, apresento sentidos pêsames à Esposa Marta Studart e à Família.

Que descanse em paz.



Marcelo Studart, na LUBRAPEX de 2012 em S. Paulo.



PARTICIPAÇÕES PORTUGUESAS NA EXPOSIÇÃO NOTOS 2021

19 a 22 de Novembro de 2021

Atenas, Grécia

EXPOSITOR	PARTICIPAÇÃO	CLASSE
Américo Rebelo	Articles on Maximafilia published in several national and foreign philatelic magazines regarding the years 2019/2021	Literatura
Mário Paiva	Blog O Filatelista	Literatura
Secção Filatélica e Numismática Clube dos Galitos	Revista "Selos e Moedas"	Literatura



A exposição mundial de filatelia Londres 2022 realizar-se-á de 19 a 26 de Fevereiro de 2022.

Será a primeira a realizar-se depois da pandemia. Junto remetemos o quadro com as participações portuguesas.

O Comissário é o Eng^o Júlio Maia.

Estamos neste momento a negociar com a FIP e a organização a inclusão de Júlio Maia no quadro de jurados desta exposição.



Participações Portuguesas na Exposição LONDON-2022

19 a 26 de Fevereiro de 2022

Londres, Reino Unido

EXPOSITOR	PARTICIPAÇÃO	CLASSE
Luís Barreiros	Portugal and Colonies- Pre Stamp Period	História Postal
Bento Dias	Daman and Diu Cancelations and Postmarks	História Postal
Isabel Vieira	Portugal Classics- The Issue of Francisco de Borja Freire	Tradicional
Luís Barreiros	Portuguese India Native Issues 1871-1885	Tradicional
Luís Frazão	The First Postal Stationery Issue of the Portuguese Colonies (King Luis issue 1885-1903)	Inteiros Postais
Paulo Pedroso Dias	Embossed Postal Stationery of Portugal Mainland- King Luis I issues	Inteiros Postais
Américo Lopes Rebelo	Articles about Maximaphily published in several national and foreign magazines for the years 2020/2021	Literatura
Mário Paiva	Blog O Filatelista	Literatura
Pedro Vaz Pereira	"Os Correios Portugueses 1853-1900- nos 500 anos do Correio em Portugal"	Literatura
Secção Filatélica e Numismática Clube dos Galitos	Revista "Selos e Moedas"	Literatura



Vai realizar-se a exposição internacional HUNPHILEX na cidade de Budapeste.

Será a 2ª grande exposição a realizar-se em 2022 depois da pandemia.

O Comissário Português é o Sr. João Soeiro.

Portugal irá estar presente com um bom número de participações como se pode constatar no quadro que a seguir se apresenta.

PARTICIPAÇÕES PORTUGUESAS NA EXPOSIÇÃO HUNFILEX 2022

31 de Março a 03 de Abril de 2022

Budapeste, Hungria

EXPOSITOR	PARTICIPAÇÃO	CLASSE	QUADROS
Luís Frazão	The Crown Stamps of Portuguese Territories in west coast of Africa – C. Verde, Guinéa, S. Thomé, Angola (1869-1888)	Corte de Honra	5
João Violante	1880-1883- D. Luís I- Typhographed Issues & provisório	Tradicional	8
João Soeiro	Independency Emissions of Portugal (1926, 1927 and 1928)	Tradicional	5
Pedro Vaz Pereira	Imperio Colonial Português- Ásia	Tradicional	5
Luís Barreiros	Portugal and United Kingdom- Postal Relations until UPU	História Postal	5
Luís Frazão	The Postal History of the First P. Stationary issue of Portuguese Colonies	História Postal	5
Luís Frazão	The British Packet Office at Lisbon and the Lisbon Handstamps (1797-1859)	Um Quadro	1
Pedro Vaz Pereira	Os Correios Portugueses entre 1853-1900 nos 500 Anos do Correio em Portugal	Literatura	–

EXPOSIÇÃO NACIONAL EM ÉVORA 500 Anos do Correio em Portugal 18 a 23 de Outubro de 2022

Há dois anos que não se realiza em Portugal, uma exposição nacional.

A pandemia e os confinamentos obrigaram-nos a um recolher aos “quarteis”, como nunca tínhamos tido na Filatelia de Portugal.

Aos poucos as agremiações filatélicas, têm vindo a iniciar as suas actividades.

A Federação Portuguesa de Filatelia dentro deste espírito resolveu levar a efeito em Outubro do próximo ano uma exposição nacional aberta a todas as classe.

Esta tem como objectivo comemorar os 500 anos da criação do Correio em Portugal.

A organização contará com a colaboração da Confraria Timbrológica Meridional Álvaro Bóino de Azevedo, agremia-

ção com larga experiência na organização de exposições filatélicas.

A mesma decorrerá de 18 a 23 de Outubro, no espaço polivalente da praça de touros de Évora, onde realizámos a LUBRAPEX 2009.

As inscrições devem ser pedidas à Federação Portuguesa de Filatelia e enviadas para a sede da Federação até 30 de Abril de 2022.

Os pedidos das inscrições devem ser feito para o e-mail fpf-portugal@netcabo.pt.

Estamos de volta e tudo faremos para que esta exposição seja o reinício da nossa actividade, mesmo que seja necessário ter ainda algumas cautelas.

VASCO COSTA

1930-2020

“As pessoas têm sonhos e nós tentamos concretizá-los”

“TENHO UMA PAIXÃO POR AQUILO QUE FAÇO E A PAIXÃO É DEIXAR QUALQUER COISA PARA OS VINDOUROS”

Pedro Vaz Pereira

Morreu o maior gravador de Portugal. Foi com imensa tristeza, que tivemos conhecimento da morte de Vasco Costa.

Tive o prazer de ter com Vasco Costa, idealizado medalhas e prémios para a Federação Portuguesa de Filatelia.

Chegava à sua Gravarte na baixa, na rua dos Bacalhoeiros com umas ideias na cabeça e lá vinha o meu Amigo Vasco Costa, que com a sua vastíssima sabedoria, competência e fina inspiração, pegava no lápis e numa folha de papel e desenhava aquilo que eu pretendia.

Saíram daquela casa, com o poder de criação e bom gosto de Vasco Costa, excelentes medalhas como por exemplo a dos 150 anos do selo postal português ou os trofeus de Filatelista Eminente.

Com 16 anos Vasco Costa estudava na Escola Industrial de Serralharia, onde começou a praticar, tendo feito um carimbo de borracha à lâmina com a cara de Camões e assinou-o como “ex-libris Vasco Costa”, trabalho que mais tarde o conduziria à arte de gravador.

Um amigo tendo visto o carimbo apresentou Vasco Costa ao patrão, que o levou a desistir da tarefa de levantamentos topográficos, tendo optado pela tarefa de gravador.

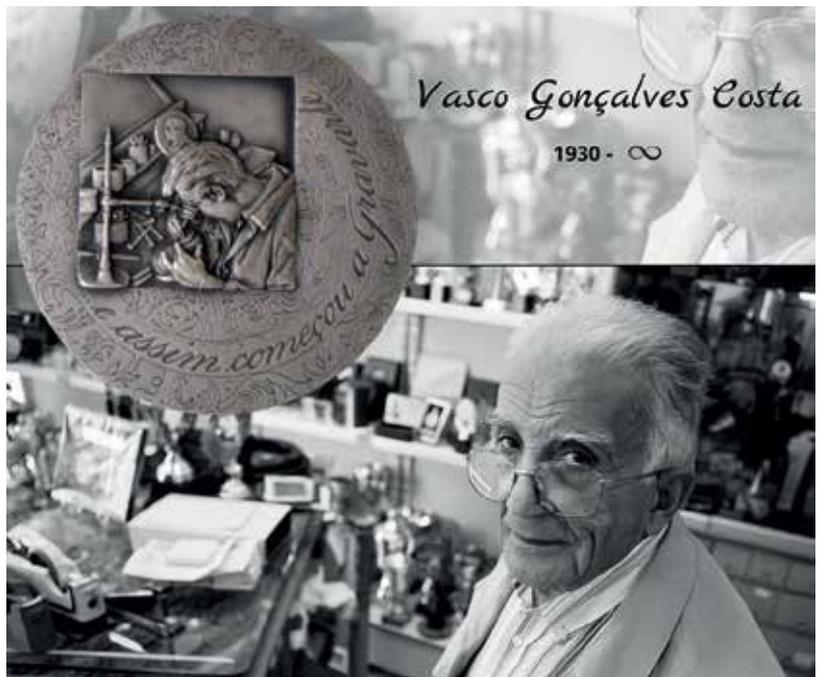
Com 22 anos fundou a Gravarte, que naquela altura funcionava na baixa na rua dos Bacalhoeiros 28 e hoje funciona na avenida Infante Dom Henrique 328 C, 1800-223 Lisboa.

Já a trabalhar, foi estudar e frequentou disciplinas importantes para a sua arte como desenho de figuras geométricas e decorativo, cadeiras fundamentais para se tornar melhor na sua especialidade de gravador.

Uma das coisas de que mais gostava, era a de fazer medalhas à mão.

“Nós aqui primamos pela perfeição, pelo cuidado na execução das peças. Não é fazer por fazer” assim se expressava Vasco Costa a respeito da sua casa e assim era, como pude constatar, sempre que trabalhava com a Gravarte e Vasco Costa.

Vasco Costa era na realidade um grande artista e a sua arte perdurará para todo o sempre na medalhística portuguesa.



Vasco Costa na sua Gravarte



Medalha comemorativa dos 40 anos de Vasco Costa na arte da medalhística.

Fabricou cerca de 8.000 medalhas e muitos outros prémios.

Morreu Vasco Costa, fica a sua arte, a sua competência, o seu exemplo.

Morreu mais um Amigo, que deixa muita saudade!

Morreu um grande artista. Portugal ficou mais pobre!

Ao Sr. Hélio Costa, seu filho e continuador da obra do Pai e à Família, em meu nome pessoal e da Direcção da FPF apresentamos sentidas condolências.

CAPE TOWN



Devido à pandemia a exposição mundial de filatelia *Cape Town* foi adiada para 8 a 12 de Novembro de 2022. As inscrições poderão ser enviadas para a Federação Portuguesa de Filatelia até 15 de Maio de 2022. O Comissário português a esta exposição é o Sr. João Soeiro.

UM QUADRO DE TÚLIO VITORINO

Túlio Vitorino é um dos grandes pintores de Portugal.

Com uma obra vasta e de grande valia artística, nasceu em Cernache do Bonjardim e viria a cursar a Escola de Belas Artes de Lisboa.

Um bom Amigo enviou-me uma imagem de um quadro deste excelente pintor, que retrata um neto, certamente na aldeia, a ler uma carta aos avós.

Contudo o avô tem na mão o sobrescrito onde vinha a carta e nele se podem ver os selos de correio.

Túlio Vitorino era um perfeccionista! Agora a pergunta é: Que selos seriam?



Quadro de Túlio Vitorino com o neto a ler a carta aos avós.

OS CORREIOS PORTUGUESES 1853-1900 Nos 500 anos do Correio em Portugal

Acaba de ser publicado este longo trabalho, apresentado em dois volumes, tendo o primeiro 621 páginas e o segundo 636 páginas.

Pedro Marçal Vaz Pereira é o autor deste extenso trabalho, que começou em 1979.

Passados 42 anos apresenta agora este estudo de História Postal, de grande qualidade histórica.

Nas primeiras 300 páginas, conta-se a história dos Correios Portugueses, de 1520 a 1900.

A história começa em 1520, com a criação do correio em Portugal, em 6 de Novembro daquele ano.

D. Manuel I estava em Évora e seguindo o que se estava a passar por toda a Europa, resolve criar o correio em Portugal e atribuir o cargo de Correio-Mor do reino a Luís Homem, fidalgo da sua casa real.

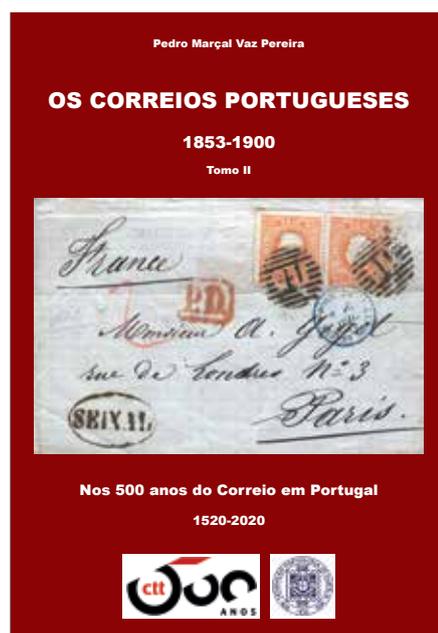
A partir daqui, iria assistir-se a um desenvolvimento imparável do correio, até aos nossos dias.

Contudo este trabalho foca-se principalmente no Período Adesivo, que começou em 1 de Julho de 1853, com a criação em Portugal dos selos postais.

É efectuado então um estudo exaustivo das marcas nominativas não datadas, que eram nesse período usadas em quase todos os correios e que se destinavam a indicar donde as cartas eram expedidas ou o tipo de serviço, que tinha sido prestado.



Tomo I do livro.



Tomo II do livro.

Faz-se igualmente o estudo histórico da etimologia dos nomes das terras, e dos seus forais.

As reformas postais, em que foram usadas as marcas, também são mencionadas, bem como, todas as estações de correio, que tinham telegrafia eléctrica e que eram servidas pelos caminhos de ferro.

O número de fogos e a população de cada terra também são mencionados, sendo fundamental para definir a raridade do material postal circulado, tendo em consideração, que em Portugal existia no século XIX cerca de 85% de população analfabeta, pelo que quanto menos habitantes tivessem as terras, menos se escrevia e assim menos material postal existirá.

Este trabalho foi publicado pelos CTT- Correios de Portugal e pela Federação Portuguesa de Filatelia, e destina-se a comemorar os 500 anos do Correio em Portugal.

Os livros são apresentados em capa dura, e são amplamente ilustrados, com um design de grande qualidade e uma impressão gráfica igualmente de altíssima qualidade.

Pode ser comprado na Direcção de Filatelia dos Correios de Portugal ou nas principais estações de correio do país, sendo o seu preço de 39.00 euros.

ESTUDO DOS AEROGRAMAS DO BRASIL 1974-2015 Regulares, Internacionais e de Serviço

Pedro Marçal Vaz Pereira

Reinaldo Macedo, Miguel Magalhães e Ygor Chrispin, três ilustres filatelistas brasileiros, todos de S. Paulo, reuniram-se e deram à estampa uma excelente obra de história postal.

Apresentam-nos um interessante estudo dos aerogramas do Brasil, prefaciado por Lars Engelbrecht, filatelista dinamarquês e grande especialista em inteiros postais.

Mas melhor que as minhas palavras falam, o currículo dos autores, que nos dá logo a garantia de estarmos perante uma excelente obra e o prefácio, que a seguir transcrevo.



Os autores, da esquerda para a direita Reinaldo Macedo, Miguel Magalhães e Ygor Chrispin,

AUTORES

Reinaldo Estevão de Macedo, natural de Campinas/SP, formado em Engenharia Sanitária pela PUCCAMP em 1983. Dedicou-se ao colecionismo de selos desde 1974. Co-fundador do Centro Temático de Campinas – CTC em outubro 1988. Presidente do CTC: 2011 a 2014, Presidente da Federação Brasileira de Filatelia – FEBRAF: 2013 a 2017, Vice-Presidente da Federação Internacional de Filatelia – FIP: 2016 a 2022, Fellow RPSL, Secretário Geral da WSE BRASILIANA 2013, SWSE BRASILIA 2017 e BRAPEX 2015/2017/2019. Jurado FIP para as Classes de Filatelia Temática e Inteiros Postais.

Miguel Rodrigues de Magalhães, nascido em São Paulo, é filatelista desde 1976. Ingressou na Sociedade Philatelica Paulista em 1995, exercendo diversos cargos na Diretoria da entidade, sendo Presidente por dois mandatos (2010/2013). Atualmente, além de Vice-Presidente é o Editor do Boletim Informativo da SPP. Na filatelia se destaca com a sua coleção classe tradicional, sobre a emissão de selos

regulares da Inglaterra, os conhecidos “Machins”, bem como na classe temática, sobre a 2ª Guerra Mundial.

Ygor Pradella Chrispin, natural de São Paulo/SP, formado em Relações Internacionais em 2011. Iniciou na filatelia em 1997, abraçou-a com afinco a partir de 2015. Colecionador temático e sócio da Sociedade Philatelica Paulista desde 2016, ingressa atualmente sua Diretoria como Secretário, exercendo igual função na Federação Brasileira de Filatelia-FEBRAF. Foi Comissário da BRAPEX 2019, tendo sido indicado para Comissário na Exposição a ser realizada em Lugano, na Suíça, em 2022.



A capa do excelente trabalho sobre aerogramas.

PREFÁCIO Lars Engelbrecht

Os aerogramas são uma parte importante do mundo dos inteiros postais. A sua leveza foi importante no início do transporte aéreo de correio, pelo que teve um papel significativo nos serviços postais na segunda metade do século XX.

Aerogramas foram colecionados por muitos, e sociedades especiais sobre aerogramas foram formadas. Os catálogos de inteiros postais incluem aerogramas, e o catálogo Kessler também nos deu uma boa visão geral dos primeiros aerogramas.

D. Manuel I 1469-1521

VENTURAS E DESVENTURAS DE UM REI DE PORTUGAL

Paulo Drumond Braga é o autor desta biografia do rei D. Manuel I, lançada no ano em que se assinalam os 500 anos da morte do monarca (1469-1521). Ótimo dos nove filhos do infante D. Fernando e neto do rei D. Duarte, nada fazia prever que um dia viria a cingir a Coroa. Mas uma série de acontecimentos inesperados, entre os quais a morte prematura do legítimo herdeiro de D. João II, abriu-lhe as portas da sucessão. O Príncipe Perfeito acabou por designá-lo seu herdeiro e D. Manuel I subiu ao trono em 1495.

Figura relevante da história de Portugal, D. Manuel I é apelidado de o Venturoso, pois durante o seu reinado muito foi conseguido: os seus navegadores revelaram ao mundo a existência do Brasil (Pedro Álvares Cabral), alcançaram a Índia por mar (Vasco da Gama), Portugal tornou-se num dos maiores impérios do mundo, com territórios em África, Brasil, Índia e Oriente e acesso a um sem-número de riquezas.

Amante da cultura e das artes, com o Mosteiro dos Jerónimos como o expoente máximo desta tendência, o rei metómano não descuidou as reformas administrativas e jurídicas necessárias à organização do já extenso Império Português, procedendo à reforma de forais e à publicação das Ordenações Manuêlas, passando pela criação das Misericórdias. Estabeleceu ainda o primeiro serviço de correio público em Portugal, atribuindo o cargo de correio-mor do reino em 1520.

D. Manuel I morreu inesperadamente, em 1521 no auge e grandiosidade do seu prestígio, deixando a tarefa de governar o vasto Império Português ao seu primogénito, D. João III, o mais velho de uma prole de nove filhos.



Autor: Paulo Drumond Braga
Tradução: José Manuel Godinho
Design: Alévir B2 Design

Tiragem: 4000 exemplares
Valor: C40,00
Data de Lançamento: 2021.08.26

Edição bilingue que inclui a emissão homónima, composta por 2 selos e 1 bloco, no valor de C3,94.

LIVRO O Correio – Rostos e Estórias

Ao fim de 500 anos de correio em Portugal, eis que surge esta edição feita por pessoas que conhecem o correio por dentro e por fora.

É um livro com testemunhos que nos fazem sorrir, que nos comovem, que nos fazem relembrar e aprender através de tantas situações passadas durante estes anos.

É uma edição feita de emoções, que tanta falta nos fazem, principalmente nesta longa fase que se vive. Iremos, com certeza, fazer muitas descobertas através das «estórias» que aqui surgem contadas pelos nossos colegas que muito continuam e continuarão a contribuir para novas vivências merecedoras de ser contadas.

Esta edição contém as emissões filatélicas «Europa – Veículos Postais», de 2013 e «Europa – Rotas do Correio Antigo», de 2020, compostas num total de seis selos e seis blocos, com o valor facial total de C14,04.

Revisão: Carlos Jesus
Design: Foti Design
Tiragem: 5 000 exemplares numerados
Preço: C33,00
Data de lançamento: 11.06.2021



Foi publicado o número 16 da revista digital gratuita “Moderne Angola-Philatelie”.

A próxima edição deve ser publicada em maio de 2021.

Como sempre, as edições anteriores podem ser solicitadas como arquivos PDF por e-mail a qualquer momento. Não há impressão.

Bundesarbeitsgemeinschaft Portugal
und ehemalige Kolonien e.V.

Moderne Angola-Philatelie



Heft 16 – Mai 2021 – Jahrgang 6

Bundesarbeitsgemeinschaft Portugal
und ehemalige Kolonien e.V.

Moderne Angola-Philatelie



Heft 17 – September 2021 – Jahrgang 6

FEPA NEWS

Mais uma excelente revista FEPA NEWS foi publicada em Julho deste ano.

Nas suas 82 páginas, este número 39, apresenta-nos um conjunto de artigos interessantes e muitas informações dos países europeus membros da FEPA.



18-23 November 2021

FEPA meets in Athens



A DISCOVERY de Franco Rigo

- FRANCO RIGO -
UNA SCOPERTA
A DISCOVERY



Franco Rigo é um dos melhores historiadores postais, que temos na filatelia.

Acaba de publicar um pequeno, mas excelente livro, com uma descoberta interessante e importante.

Neste seu livro explica-nos como descobriu a primeira notícia oficial, que comprova a existência do serviço de correio em Veneza, em 6 de Janeiro de 1305.

Este trabalho é apresentado em italiano e inglês o que torna o livro mais compreensível e está excelentemente ilustrado.

É na realidade uma bela obra.

SELOS & MOEDAS

Foi publicado o nº 161 da revista Selos & Moedas da Secção Filatélica e Numismática do Clube Galitos de Aveiro.

Excelentes artigos, e uma apresentação gráfica irrepreensível. É uma leitura a não perder.



MENSAGEIRO FILATÉLICO

Foi publicado on line o Mensageiro Filatélico.

Esta publicação referia-se ao ano de 2019, apesar de ter sido publicada só em Junho de 2021.

Como sempre artigos e notícias de interesse para a filatelia algarvia e nacional.



EDITORIAL

Neste edição:	
Em destaque	2
Uma moeda de Algarve	4
Assentaram nos alicerces	8
Quatro eventos no Algarve	15
Publicar Filatelia e Numismática em Algarve	22
Outras Notícias	28

A Filatelia no Algarve está viva e a comprová-lo estão as diversas manifestações que aqui se têm realizando um pouco por todo o lado e que neste número de "O Mensageiro do Algarve" damos nota.

Armazém de Péra, Faro, Portimão, São Brás de Alportel e Vila Real de Santo António são os polos mais ativos, embora em outros locais também, também vão acontecendo outras manifestações que faz com alguns amantes do colecionismo, e da filatelia em particular, se reúnam para se manterem em contacto com esta atividade e alimentam a troca de algum material e de conhecimentos.

Também nas diversas feiras de vendas e de colecionismo são locais onde nos podemos encontrar, pois são locais frequentados por amantes da filatelia e, é aí, que por vezes travamos novos conhecimentos para os trazer para o meio do colecionismo no Algarve.

E é esta, uma das formas de fazer a militância de colecionismo no Algarve e parece que tem dado os seus frutos, a ver pelo número de pessoas que aparecem todos os anos.

Mas, no Algarve há mais para explorar.

Há filatelistas que vivem escondidos atrás das suas coleções, deles temos conhecimento através de conversas cruzadas. Nestes casos há que lhes incutir um espírito aberto aos colecionismo de forma a se apresentarem também ao público.

O Mensageiro do Algarve, está novamente "nas bancas", isto é, em linha para que se torne visível o seu traço, mas, mesmo assim, mostra que está vivo.

Ajudem-nos a trazê-lo à atualidade, para isso comecemos já hoje.

Em rodapé:

- Algarxex - Uma exposição em crescimento
- Alcar-do-Algarve em moeda
- Os selos de Algarve
- O primeiro Carimbo para o Conselho de Algarve

VALE DO NEIVA FILATÉLICO

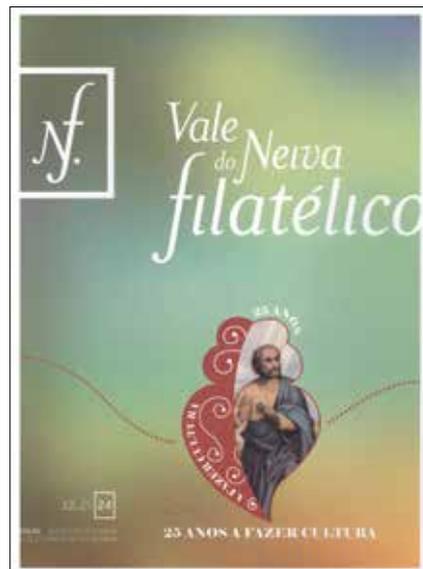
Acaba de ser publicado o seu número 24.

Este número é especial, dado que esta agremiação federada está este ano a comemorar os seus 25 anos de existência.

Como sempre publica excelentes artigos de grande interesse, para a filatelia nacional.

A impressão e paginação continuam irrepreensíveis.

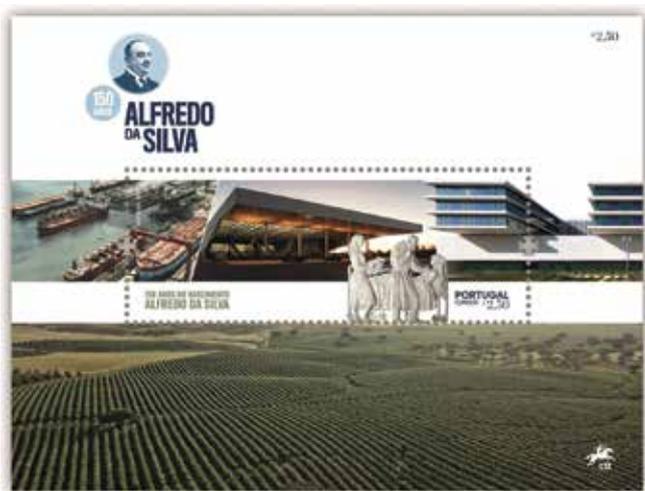
Felicidades o Vale do Neiva pelos seus 25 anos.



150 ANOS DO NASCIMENTO DE ALFREDO DA SILVA

Fundação Amélia de Mello

Em 2021, celebram-se os 150 anos sobre o nascimento de Alfredo da Silva, um dos maiores industriais portugueses dos séculos XIX e XX.



Num país maioritariamente rural, de industrialização lenta e tardia, Alfredo da Silva contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da indústria química, dos azeites e óleos alimentares e do têxtil em Portugal, bem como para o incremento dos transportes urbanos e marítimos e da reparação naval, para o crescimento da atividade bancária e seguradora, e para o aumento e melhoria de prestação de serviços, designadamente na área da saúde. Criou um dos maiores grupos económicos portugueses – a Companhia União Fabril (CUF) – instalado numa das mais importantes cidades industriais do país – o Barreiro.



Herdeiro de uma tradição familiar comercial, frequentou o Curso Superior de Comércio de Lisboa, começando cedo a sua vida de negócios, administrando a Companhia Aliança Fabril, a Carris e o Banco Lusitano. Rapidamente se impôs pela sua visão empresarial e pela sua capacidade de concretização. A invulgar capacidade de iniciativa, o desejo de colocar Portugal ao nível dos demais países europeus, levou-o a introduzir os carros elétricos em Lisboa, e a criar, em finais do século XIX, por fusão empre-

sarial, a maior empresa industrial do país, dedicada à indústria química, e que se tornaria na maior empresa de produção de adubos, que teve decisiva importância no desenvolvimento da agricultura: a CUF do Barreiro, onde iria nascer o maior complexo industrial do país, que progressivamente incorporaria novos setores de atividade, formando o maior grupo económico em Portugal.

Em breve, a CUF integraria milhares de operários industriais, cerca de 16 mil espalhados pelo país, e reuniria todo um complexo de instituições sociais que fariam dela a mais moderna estrutura empresarial portuguesa, dotada de serviços sociais exemplares,

que iam desde o abastecimento de bens domésticos e alimentares, ao desporto, à cultura, até à saúde, com a criação do Hospital da CUF, para os trabalhadores do grupo, passando pelo serviço social de empresa – um dos mais avançados à época.



A CUF reuniu toda uma elite de empresários e quadros técnicos, tornando-se numa verdadeira escola de gestão, onde se iniciavam, numa aprendizagem não apenas experimental, mas também científica, muitos dos melhores gestores do país. E ao começar a solicitar estudos, trouxe a Portugal as mais credenciadas empresas internacionais de consultadoria. A par da atividade produtiva, a CUF ocupou-se igualmente da atividade financeira, bem como do comércio e transporte dos seus produtos e das matérias-primas indispensáveis à sua laboração. Assim, Alfredo da Silva entrou no Banco Totta, fundou a Companhia de Seguros Império, criou infraestruturas portuárias e ferroviárias no complexo industrial do Barreiro, iniciou-se na construção naval, criou a Sociedade Geral para as ligações marítimas com os territórios ultramarinos sob administração portuguesa, de onde trazia matérias-primas e para as quais exportava as suas produções. Mereceu especial atenção o setor dos azeites, logo no ano de 1907 em Alferarede, a que mais tarde a CUF associou a criação de indústrias de transformação das oleaginosas, tendo lançado marcas de azeites e óleos que perduram até aos nossos dias.

Quando faleceu, em 1942, Alfredo da Silva dei-



xava um enorme património empresarial, com uma forte cultura institucional, que iria constituir a base sólida de desenvolvimento de um dos maiores grupos económicos portugueses da segunda metade do século XX que, embora expropriado após a revolução de 1974, iria renascer, mais de dez anos depois, em novos termos, mas dando continuidade a uma notável tradição empresarial e de gestão. Por se tratar da mais relevante iniciativa empresarial ocorrida em Portugal, em quase século e meio, merece ser recordada e apontada como exemplo, para que idênticos surtos possam colocar o país na senda do progresso económico-social.

ARCEBISPOS DE BRAGA 4.º GRUPO

António Gerardo Monteiro Esteves

Arquiteto e Diretor
da Comissão Arquidiocesana para os Bens Patrimoniais

A Comissão Arquidiocesana para os Bens Patrimoniais – da Arquidiocese de Braga – integrada no Instituto de História e Arte Cristãs, gizou o Projeto Filatélico «Arcebispos de Braga». A ideia estruturada foi proposta ao Diretor de Filatelia, que por sua vez o submeteu à aprovação do Conselho de Filatelia dos CTT - Correios de Portugal. O primeiro grupo desta emissão foi apresentado em 2017.

Em 2021, três novos selos são apresentados, aumentando para 15 de um total de 18 selos, a terminar no próximo ano. É o justo reconhecimento da referida Comissão do Património, com a honrosa parceria dos CTT - Correios de Portugal, aos Arcebispos e Senhores da Arquidiocese de

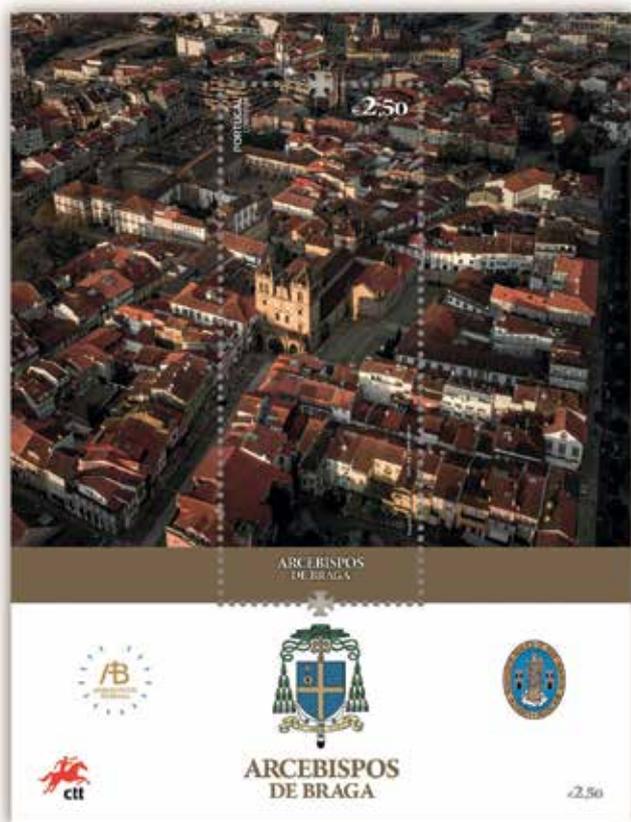
Braga, semeadores da Vida, missionários da Pastoral e criadores da Esperança, que engrandeceram Braga com Património eclesial e civil. Três selos novos, um bloco expressivo e a pagela contextualizada, com o enquadramento e resumo histórico dos Prelados de Braga. D. João Peculiar (1138-1175) – medieval, importante personalidade da independência portuguesa, na afirmação e reconhecimento do 1.º Rei de Portugal; D. Henrique, Infante e Cardeal-Rei (1533-1540) – moderno, humanista que atingiu as mais altas hierarquias eclesiásticas e nobres; D. Eurico Dias Nogueira (1977-1999) – contemporâneo (ainda dos nossos dias) agraciado e reconhecido por várias instituições, como Senhor da Igreja e da Cultura, do exemplo e do diálogo.

No bloco filatélico contemplamos, este ano, a vista aérea da Sé Catedral de Braga e a sua envolvência – o vértice poente e mais agudo do «Triângulo Turístico» de Braga – denominado por nós *Triângulo Sacro-Turístico de Braga*. A antiquíssima Catedral, iniciada pelo Bispo D. Pedro, teve a sua dedicação como Sé de Braga, com a sagração solene do altar, em 28 de agosto de 1089 (limitada à área da capela-mor e paredes laterais) «sabendo-se que em 1110 a igreja e claustro estavam concluídos». A Sé, como igreja-mãe, desenvolveu à sua volta o casario da Comunidade residente, inscrito numa malha urbana medieval, de ruas estreitas e labirínticas, cujo rossio, a sul, só muito recentemente lhe proporcionou desafogo, luz, forma e escala. É Monumento Nacional (por Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910, com uma ZEP - Zona Especial de Proteção). Concilia vários estilos artísticos, culturais e históricos – tendo sido a primeira catedral a ser construída – cujo respeito pela sua vetustez, serve de comparação e fundamento para reconhecer e valorizar a antiguidade de outras realidades, através da singular expressão portuguesa: «mais velho que a Sé de Braga». No rosto desta pagela, a vista sobre a Cátedra (o objetivo do percurso que temos vindo a desenvolver, com as pagelas dos anos anteriores) ladeada pelo cadeiral do Cabido Primacial, no enquadramento da capela-mor. A Cátedra ou Cadeira é o singular púlpito do Bispo, com uma localização axial e interativa, onde desempenha o seu múnus, presidindo e pregando à Comunidade. A Cátedra é o «símbolo mais antigo do ministério episcopal, do seu magistério e da sua autoridade pastoral».

José Marques

Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(Adaptado por Gerardo Esteves a partir de um texto do Prof. José Marques, falecido.)

D. João Peculiar (1138-1175) Em 1138, D. João Peculiar ascendeu à condição de Arcebispo de Braga. A partir da sua entrada na arquidiocese, o novo prelado bracarense prestou a D. Afonso Henriques fiel colaboração de natureza política, tal atividade, em 1140, conducente à paz entre os dois primos: D. Afonso Henriques e Afonso VII. Nesse mesmo ano, o Infante D. Afonso Henriques passou a intitular-se rei, tendo D. João Peculiar prosseguido, agora, a sua luta na defesa dos seus direitos metropolitanos e no reconhecimento pelo Romano Pontífice do título de rei



a D. Afonso Henriques chegando ao ponto de, por mais de uma vez, se expor a incorrer na pena de suspensão, por não acatar as ordens de submissão ao Arcebispo de Toledo, não lhe tendo sido concedida a graça de ver atingido o seu grande objetivo. Em relação à arquidiocese de Braga, de que era o principal responsável no plano pastoral, além de ter prosseguido o esforço de reorganização, que vinha dos seus antecessores, como reação contra a pretensão do II concílio de Latrão, em 1145, iniciou o processo de divisão dos bens, rendas e igrejas, até então em comum, passando a haver duas mesas – capitular e episcopal. A reunião dos bispos da sua província, em 1148, o apoio dado às Ordens Religiosas e Militares do Hospital e do Templo, a canonização de S. Teotónio, em 1163, são outras das suas obras. Não se pode ignorar que este dinâmico prelado é uma das grandes figuras da história portuguesa do século XII, essencialmente, pela colaboração prestada ao nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques, nos aspetos militares e políticos, com incidência especial, nas relações com a Santa Sé, em ordem à obtenção do reconhecimento pleno da autonomia portuguesa e à defesa da dignidade metropolitana e da primazia de Braga.

Ernesto Português

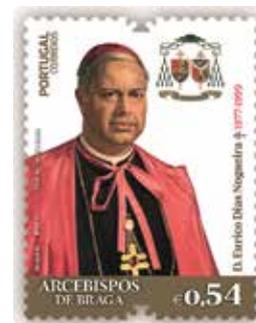
Doutor em História da Educação

D. Henrique, Infante e Cardeal (1533-1540) O Cardeal-Rei D. Henrique – filho do segundo casamento do Rei D. Manuel com D. Maria, filha dos Reis Católicos – nasceu em Lisboa, em 1512, e foi Arcebispo de Braga de 1533 a 1540. Teve uma formação esmerada com reputados mestres (Pedro Nunes, André de Resende e Nicolau Clenardo) e cedo foi encaminhado para a carreira eclesiástica. Tomou as primeiras ordens menores aos 14 anos de idade. Em 1533, por morte do D. Diogo de Sousa, foi nomeado, apenas com 21 anos, para o arcebispado de Braga, cargo que só ocupou diretamente a partir de 1537, depois de ter completado 27 anos de idade e de ser ordenado presbítero. Aqui se deteve alguns meses, visitando parte da diocese que estava confiada ao seu capelão da Casa Real. Em 1539 foi sagrado bispo, em Lisboa, e regressou a Braga para o governo pleno da diocese. Imbuído de um espírito humanista e reformador deu novo impulso aos *Estudos Públicos* e dedicou particular atenção à moralização dos costumes, à disciplina e instrução do clero. Mandou abrir a rua que vai do Campo de S. Tiago para o rio Este, a que foi dado o nome de *Rua do Infante*. Em 1540 foi nomeado Arcebispo de Évora, onde mais tarde fundou a universidade, e em 1545 foi elevado a cardeal. Em 1553 foi nomeado Legado Apostólico em Portugal e de 1562 a 1575 foi Arcebispo de Lisboa. E voltou a assumir o arcebispado de Évora, de 1575 a 1578. Como último descendente legítimo da Casa de Avis, foi regente, entre 1562 e 1568, e Rei de Portugal, de 1578 a 1580, ano do falecimento.



José Paulo Leite de Abreu,
Professor da Universidade Católica Portuguesa

D. Eurico Dias Nogueira (1977-1999) D. Eurico Dias Nogueira nasceu em Dornelas do Zêzere, Pampilhosa da Serra, a 6 de março de 1923. Recebeu a ordenação sacerdotal, na cidade do Mondego, em 1945. Nesse mesmo ano partiu para Roma, onde frequentou a Pontifícia Universidade Gregoriana, licenciando-se em Direito Canónico. Regressado a Portugal, obteve em Coimbra a licenciatura em Direito Civil. Ainda em Coimbra cursou Ciências Político-Económicas. Foi chamado ao episcopado em 1964, cabendo-lhe como primeira missão a diocese moçambicana de Vila Cabral, atual Lichinga. Teve a dita, nesse ano, de participar na terceira sessão do Concílio Vaticano II. Em 1972 mudou de diocese, enviado agora para Sá da Bandeira, atual Lubango, em Angola. Três anos depois viria a acumular essa responsabilidade com a de administrador apostólico da recém-criada diocese de Pereira de Eça, atual Ondjiva. Escolhido para pastor da Arquidiocese de Braga, aqui permaneceu, como Arcebispo, entre 1977 e 1999; como bênção para a Igreja, até à morte, ocorrida a 19 de maio de 2014. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (1990); recebeu o Doutoramento «Honoris Causa» pela Universidade do Minho (1990); foi eleito Membro da Academia Portuguesa da História (1990) e Grande Oficial da Ordem Equestre do Santo Sepulcro (1990); foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e a Grã-Cruz de Mérito da Ordem de Malta (1996). Em Braga deixou um rasto de elevação, cultura, firmeza na doutrina e na moral. Mostrou-se, por outro lado, ecuménico, diplomata, com grande capacidade de diálogo. Soube tecer a paz, quer no seio da Igreja, quer no meio das efervescências políticas, tão acesas no pós-revolução dos cravos.



440 ANOS DA BATALHA DA SALGA

Francisco Miguel Nogueira

Historiador

Há exatos 440 anos, a 25 de julho de 1581, desenrolava-se, na Terceira, a Batalha da Salga, um momento da história local, em que a população e o gado tiveram um papel essencial na defesa da ilha, do arquipélago e até de Portugal. Quando o rei D. Sebastião morreu em 1578, em Alcácer Quibir, sucedeu-lhe o seu parente mais próximo, o tio-avô Cardeal D. Henrique que, já idoso, morreu em 1580, sem herdeiros diretos, abrindo, assim, uma crise de sucessão. Houve três principais herdeiros, todos netos do rei D. Manuel I: D. Catarina de Bragança, D. Filipe II de Espanha e D. António, Prior do Crato. Este último foi aclamado rei em Santarém, contra a vontade da Alta Nobreza, apoiante de D. Filipe II, para quem Portugal era um reino muito importante para a estratégia do Império Espanhol. D. Filipe II acabou então por

enviar o seu exército que, mais bem preparado, venceu os apoiantes de D. António. O Prior do Crato acabou por refugiar-se na Terceira, o único ponto do país que ficou do seu lado. D. Violante do Canto, que herdara uma grande fortuna em 1577, apoiou a causa de D. António, sustentando as tropas anglo-francesas estacionadas na ilha. A Terceira passou a ser, então, alvo das atenções espanholas. Neste momento, a História e a Lenda misturam-se, sendo a realidade dos factos difícil de decifrar. A 25 de julho de 1581, uma esquadra espanhola comandada por Pedro de Valdés composta por dez navios, oito dos quais galeões de alto bordo, tentou a conquista da ilha açoriana. As tropas espanholas ao desembarcarem, começaram a incendiar as searas e as casas existentes nas imediações da Salga. Ocuparam a Casa da Salga, onde hastearam a sua bandeira contra a vontade da família Merens de Távora, uma família proeminente na política terceirense, e muito provavelmente a casa de Brianda Pereira, aprisionando os homens que encontraram. Entre os prisioneiros



ros figurava Bartolomeu Lourenço, marido de Brianda, que se encontraria ferido. Esta, em sentimento de revolta e de defesa, incentivou como podia, cheia de força e garra, os terceirenses a lutarem, e pegando no que tinha à mão, foi também para os combates. A batalha endureceu, e pelas nove horas da manhã os combates eram fortes, varrendo os espanhóis a costa com a sua artilharia, o que dificultava a tarefa dos defensores. Cerca do meio-dia, estando a batalha indecisa, o religioso agostinho Frei Pedro, que participava ativamente na luta, teve a ideia de dirigir gado para as posições espanholas e, assim, desbaratá-las. Rapidamente, foi reunido mais de um milhar de bovinos que, à força de gritos e tiros de mosquete, se lançaram sobre o inimigo. Esse estratagema levou os espanhóis a recuarem e deu tempo aos terceirenses para se reagruparem e preparem



nova defesa da Ilha. Centenas de castelhanos morreram nos combates ou afogados na fuga do gado. Diz-se que não mais de cinquenta espanhóis voltaram para os navios, enquanto entre os locais, foram poucas as dezenas de mortos. Foi uma humilhante derrota para as tropas de D. Filipe II de Espanha.

Brianda Pereira incentivou homens e mulheres para que lutassem até ao desfecho da Batalha da Salga. Tornou-se na nova heroína dos portugueses contra os espanhóis, muito ao gosto do que foi a Padeira de Aljubarrota,



em 1385. A bandeira castelhana foi arriada e a Casa da Salga foi novamente controlada pelos seus proprietários. Participaram na Batalha dois ilustres escritores espanhóis, Miguel de Cervantes, autor de D. Quixote de la Mancha, e Lope de Vega, sobrevivendo ambos. A Batalha da Salga permitiu o reanimar das tropas terceirenses e o fortalecimento da sua posição contra o rei espanhol. Assim, nos dois anos seguintes, o povo terceirense não desistiu de lutar. Data deste período, mais precisamente de 13 de fevereiro de 1582, a famosa carta de Ciprião de Figueiredo, corregedor dos Açores, a D. Filipe II, onde afirmava: «antes morrer livres que em paz sujeitos», hoje a divisa dos Açores. Os terceirenses bateram-se como defensores de Portugal e só em 1583, a Terceira foi subjugada pelos espanhóis, comandados por D. Álvaro de Bazán, no conhecido Desembarque da Baía das Mós. Os terceirenses foram severamente castigados e alguns registos indicam que 60% da população foi massacrada. Apesar dessa situação, Angra continuava a ser um ponto essencial. Assim, por proposta do próprio Bazán, após analisar a linha de Fortes da Ilha, D. Filipe II mandou erigir um grande castelo no Monte Brasil. Nascia assim, a maior fortaleza filipina do mundo, chamada na época de Castelo de São Filipe, hoje de São João Batista. D. Violante, por ordem de D. Filipe II, partiu a 17 de agosto de 1583 com D. Álvaro de Bazán, rumo a Madrid. À hora do embarque, D. Violante dirigiu-se para o lugar da Prainha, acompanhada por duas damas, cinco aias e vinte e um criados entre outros es-cudeiros, sendo ali esperada pelas principais autoridades de Angra, num estrado alcatifado e construído de propósito para o embarque. Ao pôr D. Violante o pé na escada do navio ouviu-se uma salva dada pela nau, acompanhada por todos os navios da armada. Em Espanha, D. Violante foi encerrada em



dois mosteiros, em Cadiz e Jaem, e posteriormente obrigada a casar a 1 de abril de 1585 com Simão de Sousa de Távora, voltando a Portugal. Em 2021, ano em que se assinalam os 440 anos da Batalha da Salga, é importante lembrar este evento marcante para a

história da Ilha Terceira e de Portugal. A memória coletiva de todos é um bem precioso para a cultura de um país, e assim sendo, é fundamental que se divulgue e se dê conhecer as estórias da História deste país.



500 ANOS DA CHEGADA DE FERNÃO DE MAGALHÃES ÀS FILIPINAS

José Marques

Presidente da Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães | 2019-2022

Cinco séculos separam a atualidade da mais arrojada expedição náutica que, planeada e comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães e posteriormente

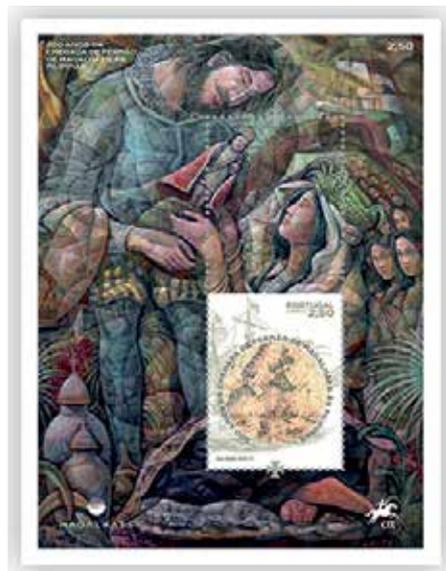
concluída pelo espanhol Juan Sebastián Elcano, se tornaria na primeira viagem de Circum-Navegação. Nela se revelou a genialidade de Fernão de Magalhães, a sua experiência e o conhecimento da melhor tecnologia náutica, a sua força empreendedora, a sua ousadia, determinação e liderança, bem como a força de

espírito coletivo perante um desafio extraordinário que, 500 anos depois, fazem desta viagem um dos mais relevantes eventos da Humanidade. As dimensões a ela associadas permitiram novas formas de conhecer o mundo nomeadamente, entre muitas outras, as associadas à cultura, ao património, à economia, à aproximação entre povos, ao estabelecimento de relações interculturais e a partilha de mundividências. Este marco, de memória partilhada entre povos de diferentes países e continentes, pode ser constatado, ainda hoje, em inúmeros acontecimentos e rituais de carácter cultural simbólico ao largo de toda a Rota da Primeira Circum-navegação. Após a descoberta do Estreito de Magalhães em outubro de 1520, Fernão de Magalhães iniciaria a travessia do Oceano Pacífico a qual, concluída a 16 de março de 1521 com a chegada às Filipinas, revelaria e acrescentaria aproximadamente 50% ao mundo até então conhecido, confirmaria a condição esférica do nosso planeta e oferecia à Humanidade um, até então desconhecido, Planeta “Oceano”.

Esta travessia seria marcada pela tenacidade e resiliência da tripulação que acompanhou Fernão de Magalhães. Ao longo dos quatro meses de viagem desde a América do Sul, ultrapassaram a fome, sede e doença, num verdadeiro teste aos limites da força humana. Após chegar ao arquipélago, Fernão de Magalhães concretizaria diversas alianças,

nomeadamente com Rajah Humabon, Rei de Cebu. Esta aliança seria viciada com a conversão do rei e da sua rainha, Hara Humamay, à fé católica numa cerimónia que incluiu um ato simbólico que ainda hoje perdura como a maior manifestação católica nas Filipinas – a entrega da imagem do Santo Niño de Cebú por Fernão de Magalhães à Rainha de Cebu. Foi no contexto desta aliança que Fernão de Magalhães se envolveu num conflito local entre o Rei de Cebu e o chefe Lapu Lapu, da ilha vizinha de Mactan, que selaria fatalmente o seu destino a 27 de abril de 1521.

Todavia, independentemente da perspetiva histórica destes acontecimentos, os extraordinários feitos alcançados pelo navegador português até àquela data fatídica cultivaram um enorme legado de união entre diferentes povos, culturas e tradições, o qual, cinco séculos depois, ainda perdura e se manifesta na contemporaneidade. É este legado, e sobretudo a representação da entrega da imagem do Santo Niño à Rainha de Cebu, que serve de inspiração à emissão filatélica dos CTT Correios de Portugal, «500 Anos da Chegada de Fernão de Magalhães às Filipinas», à qual a Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães | 2019-2022 se associa, relevando a excepcional qualidade do trabalho, materializado nas expressões artísticas escolhidas para os diferentes selos que a compõem. Uma seleção imagética e uma arte final filatélica merecedora da nossa admiração e felicitação.



DOM MANUEL I – 1469-1521

Paulo Drumond Braga

D. Manuel I (Alcochete, 1 de junho de 1469 – Lisboa, 13 de dezembro de 1521), rei de Portugal entre 1495 e 1521, era filho de D. Fernando e de D. Beatriz, infantes de Portugal e duques de Viseu e de Beja, sobrinho de D. Afonso V e primo de D. João II, a quem acabaria por suceder. Corriam-lhe nas veias os sangues de D. João I, do 1.º duque de Bragança, D. Afonso, e do condestável Nuno Álvares Pereira.

Casou três vezes, sempre com parentes próximas de soberanos de Castela e Aragão, reinos com os quais procurou manter a paz. Foi pai de 13 filhos, entre os quais dois futuros reis de Portugal, D. João III e o cardeal D. Henrique, sem esquecer D. Isabel, imperatriz do Sacro Império Romano-Ger-





mânico e rainha de Castela e Aragão, e a culta e riquíssima infanta D. Maria. Homem prudente, discreto, dissimulado, dócil e clemente, assim como alegre, jovial e afável, adorava o luxo e o fausto. A caça e os passeios de barco pelo Tejo eram alguns dos seus divertimentos preferidos. Por outro lado, era melômano e

adorava livros, nomeadamente de história. Promoveu uma intensa campanha de construção de edifícios civis e religiosos, sendo o único rei de Portugal cujo nome se acha ligado a um estilo arquitetónico, o manuelino.

No seu reinado promulgaram-se novas Ordenações do Reino, reformaram-se os forais, iniciou-se a chamada *Leitura Nova*, criaram-se as primeiras Misericórdias, expulsaram-se os judeus e os mouros, acentuou-se o peso de Lisboa como capital de Portugal e nasceu a função de correio-mor do Reino.

Foi também o tempo das grandes viagens dos Descobrimentos (com relevo para as de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral) e da construção do império português do oriente, devido aos esforços e ao empenho de D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e outros.

D. Manuel I ficou na história como Venturoso. Assim lhe chamaram os povos. O seu principal cronista, Damião de Góis, crismou-o de *Felicíssimo*. Venturoso e felicíssimo por diversas razões. Em primeiro lugar, porque chegou a um trono que à partida não lhe estava destinado; depois, porque foi um homem seguramente feliz em termos familiares; finalmente, porque viu nascer um vasto império que pela primeira vez na história da humanidade se espalhou por três conti-



nentes. Menos venturoso e felicíssimo porque não conseguiu a concretização de um arrojadíssimo projeto que sempre fez parte da sua agenda, e que não deixava de ter o seu quê de utópico: aniquilar totalmente o Islão e ser coroado imperador do Oriente em Jerusalém.

Passados seis séculos sobre a data da sua morte, o espírito de D. Manuel I, além de sobreviver no consciente coletivo nacional – por vezes, e apesar do esforço dos historiadores, nem sempre da forma mais correta –, ainda paira nos muitos exemplares de arte manuelina espalhados por

Portugal e pelo mundo que outrora foi português e, nunca o esqueçamos, na atual bandeira nacional, que ostenta aquela que foi a sua divisa, a esfera armilar.



FIGURAS MUNDIAIS DA HISTÓRIA E DA CULTURA JEAN DE LA FONTAINE E MARCEL PROUST

Samuel Alemão

A noção do valor de uma obra artística é, com frequência, apenas alcançada na posteridade. Mais ainda quando a criação só se concretiza ao fim de vários anos. Mas nem todas as histórias são iguais. Que o digam Jean de La Fontaine (1621-1695) e Marcel Proust (1871-1922), vultos maiores das letras francesas e universais, que conheceram distintas sortes na apreciação pública das suas obras-primas. As *Fábulas*, no caso de La Fontaine, e *Em Busca do Tempo Perdido*, de Proust.

Jean La Fontaine nasceu em Château-Thierry, na província de Champagne, filho de um inspetor de águas e florestas. Cargo que o pai lhe delegou em 1652, após Jean ter estudado teologia e direito. Casa-se aos 14 anos, por pressão paterna, daí resultando um filho e infelicidade. A dedicação às letras leva-o a buscar o patrocínio de Nicolas Fouquet, ministro das finanças e mecenas de artistas, e, mais tarde, das duquesas de Bouillon e de Orleans. Depois de escrever o romance *Os amores de Psique e Cupido*, começa, em 1668, a publicar as suas *Fábulas*, de linguagem inteligível pelas crianças mas apontadas aos adultos.

Dedicadas ao filho do rei Luís XIV, e fortemente inspiradas na tradição de Esopo, da Grécia Antiga, a quem é atribuída a criação do género, as fábulas de La Fontaine são protagonizadas por animais com traços humanos de carácter. De escrita simples e sedutora, todas tinham uma leitura moral e rapidamente conquistaram leitores e o reconhecimento dos pares. Tal valeu ao escritor a admissão na Academia Francesa, em 1683, embora já fosse próximo de Molière e de Racine. A primeira coletânea, *Fábulas Escolhidas*, era composta por 124 fábulas, reunidas em seis livros. Em 1694, um ano antes da sua morte, a obra é fechada, contendo 239 fábulas, em 12 volumes. Mais lento e tortuoso se revelou o reconhecimento de Marcel Proust, pois os últimos três dos sete volumes de *Em Busca do Tempo Perdido* apenas foram publicados postumamente. Criado no seio de uma família rica e filho de Adrien Proust, famoso professor de medicina, Marcel cedo frequentou os boémios salões da alta sociedade parisiense. Após cumprir serviço militar, estudou na École Libre de Sciences Politi-



cia. Após cumprir serviço militar, estudou na École Libre de Sciences Politi-

ques e na Sorbonne, onde foi fortemente influenciado pelo filósofo Henry Bergson (1859-1941). Outro momento formador revelou-se a viagem a Veneza, em 1900, onde se dedicou ao estudo da estética.

De volta a Paris, enquanto publicava relatos da vida mundana nos jornais, e já depois de traduzir a obra do crítico de arte inglês John Ruskin (1819-1900), escreveu *Jean Santeuil*, grande novela deixada inacabada. Após a morte dos pais, Marcel viu a já débil condição física deteriorar-se e passou a viver em reclusão, dedicando-se em exclusivo à escrita. Em 1913, publica a expensas próprias *No caminho de Swann*, primeiro volume da saga *Em Busca do Tempo Perdido*, que começara a escrever em 1909. A obra é um fresco sobre a sociedade francesa durante a III República (1870-1940), regime nascido da convulsão política resultante da Guerra Franco-Prussiana, e as mudanças sociais então ocorridas, com o declínio da aristocracia e a ascensão da classe média burguesa. As edições Gallimard reconsideraram a recusa inicial do trabalho de Proust e aceitaram o segundo volume, *À sombra das raparigas em flôr*, pelo qual recebeu, em 1919, o prestigiado prémio Goncourt. Homossexual e defensor de valores liberais, o escritor já não assistiu em vida ao culminar, em 1927, da publicação integral das 3.200 páginas de uma obra épica, com mais de duas mil personagens.

MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO

Comissão do Projeto Nunca Esquecer

No âmbito do Programa Nunca Esquecer - em torno da Memória do Holocausto, os CTT associam-se a esta iniciativa através da emissão de cinco selos em homenagem aos Salvadores Portugueses que, durante a Segunda Guerra Mundial, colocaram as suas vidas e carreiras em risco ao estenderem a mão a vítimas da perseguição Nazi, na sua maioria judeus, na Alemanha e nos países ocupados, escondendo-as ou fornecendo-lhes documentos que permitiram que se salvassem.

A homenagem prestada pelos CTT é um justo reconhecimento àqueles que devem constituir exemplo de vida, de cidadania e defesa dos Direitos Humanos. Num mundo que se quer democrático e solidário, isento de discriminação, intolerância e ódio, distinguimos:

Aristides de Sousa Mendes Cônsul de Portugal em Bordéus, emitiu milhares de vistos a refugiados que desesperadamente tentavam fugir da Europa através de Portugal,

em desrespeito das instruções de Salazar e apesar de admoestado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. A desobediência valeu-lhe o afastamento da carreira diplomática e uma vida de grandes dificuldades. Foi reabilitado em 1988 e reintegrado postumamente na carreira diplomática em Portugal. Em 1998, foi a vez de o Parlamento Europeu o homenagear.



Carlos Sampaio Garrido Embaixador de Portugal na Hungria, escondeu judeus na Legação de Portugal. Acabaram por ser todos presos, mas Sampaio Garrido lutou pela sua libertação mesmo depois de ter sido substituído na sua função por Alberto Teixeira Branquinho.

Alberto Teixeira Branquinho Encarregado de Negócios em Budapeste, obteve permissão do governo português para emitir salvo condutos a todas as pessoas que tinham parentes em Portugal, Brasil, ou, à data, nas colónias portuguesas. Branquinho foi autorizado a emitir 500 salvo-condutos, mas, na realidade, emitiu mais de 800. Estabeleceu várias casas sob a proteção da Legação nacional onde abrigou os judeus a quem tentava dar proteção, apesar dos constantes ataques de que foi alvo.



Padre Joaquim Carreira Reitor do Pontifício Colégio Português, em Roma, ofereceu abrigo a várias pessoas perseguidas pelos nazis. Embora o Padre Carreira tenha colocado uma placa no exterior do edifício identificando-o como território da Igreja, os alemães fizeram uma busca. Contudo, todos os que ali se encontravam, conseguiram fugir.

José Brito Mendes Emigrante português que vivia em França, com a sua esposa Marie-Louise de nacionalidade francesa, salvaram Cécile, uma criança judia, filha de um casal judeu vizinho, correndo grande risco de vida.



«Se os Portugueses são como o Cônsul Geral Mendes, são um povo de cavalheiros e de heróis».

(Carta de Gisèle Quittner Allatini para Aristides de Sousa Mendes, AHMNE – Processo Disciplinar de ASM)

200 ANOS DA EXTINÇÃO DA INQUISIÇÃO EM PORTUGAL

António Ventura

Historiador

Na sessão de 5 de Fevereiro de 1821 das Cortes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa, reunidas desde 26 de Janeiro no Palácio das Necessidades, o deputado Francisco Simões Margiochi apresentou diversas propostas visando a abolição dos tributos vis e do Juízo da Inconfidência, a abertura das prisões, a limitação do poder da polícia e a extinção do Tribunal da Inquisição. Para além de preparar a futura Constituição, as Cortes irão aprovar diversas leis tendentes a eliminar práticas e instituições do



absolutismo, consideradas incompatíveis com a nova ordem que se pretendia construir. Francisco Margiochi (1774-1838), bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra (1789) e militar, deputado às Cortes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa (1821-1822) e depois às Cortes Ordinárias (1822), conheceu por duas vezes o exílio, participou na Guerra Civil integrado no exército liberal, vindo a ser nomeado Conselheiro de Estado Vitalício, Par do Reino, Ministro da Marinha (1833), lente da Academia de Marinha e Vice-Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública, sendo autor de uma obra científica significativa.

O projecto de Margiochi para abolição do Tribunal da Inquisição, era do seguinte teor:

«1. Os Tribunais da Inquisição ficam extintos no Reino de Portugal, como já o foram há muito nos outros Domínios Portugueses.

2. Seu poder espiritual fica sendo, como deve, uma atribuição Episcopal.

3. Os seus Cartórios serão remetidos para a Sala dos Manuscritos da Biblioteca Pública de Lisboa.

4. Os seus bens serão administrados, ou alienados como bens Nacionais.

5. Os seus Empregados conservarão a metade dos ordenados».

O projecto foi discutido pelas Cortes na sessão de 24 de Março e aprovado por unanimidade. No debate intervieram Borges Carneiro, com posições mais radicais, António Teixeira Girão, João Martins Soares Castelo Branco (membro do Conselho Geral do Santo Ofício) – que justificou a crueldade da Inquisição com a mentalidade da época, mas manifestou-se favorável à extinção – Alexandre Mo-

rais Sarmiento, Francisco Morais Pessanha, Francisco Soares Franco, José Joaquim Ferreira de Moura.

A 31 de Março, era publicado o decreto que, no seu Artigo 1.º, extinguiu a Inquisição:

«1.º O Conselho Geral ao Santo Ofício, as Inquisições, os Juízos do Fisco, e todas as suas dependências, ficam abolidos no Reino de Portugal. O conhecimento dos processos pendentes, e que de futuro se formarem sobre causas espirituais, e meramente eclesiásticas, é restituído à Jurisdição Episcopal. O de outras quaisquer causas de que conheciam o referido Tribunal, e Inquisições, fica pertencendo aos Ministros Seculares, como o de outros crimes ordinários, para serem decididos na conformidade das Leis existentes».

O restante articulado dispunha que eram revogados os Regimentos, Leis e Ordens relativas à existência do referido Tribunal e Inquisições; que os bens e rendimentos, que pertenciam aos ditos estabelecimentos, passavam a ser provisoriamente administrados pelo Tesouro Nacional; que os documentos dos Cartórios do Tribunal e Inquisições, deviam ser remetidos à Biblioteca Pública de Lisboa, para serem conservados e inventariados; eram acautelados os vencimentos de todos os empregados do Tribunal e Inquisições.

Instituída em Portugal pela bula do Papa Paulo III, *Cum ad nihil magis*, de 23 de Maio de 1536, perdendo a vitalidade de outrora no tempo de Pombal, era agora extinto o Tribunal do Santo Ofício, para não mais ser restaurado, nem sequer durante o reinado de D. Miguel.

O autor escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1945.



5 SÉCULOS DA PRESENÇA PORTUGUESA NOS MARES AUSTRALS

Evocação de João da Nova

João da Nova foi um fidalgo galego que, ao serviço da coroa portuguesa, navegou para o Oriente seguindo a rota de Vasco da Gama por duas vezes, em 1501 e 1505, vindo a falecer pouco depois da batalha de Ormuz, em 1509, contando 49 anos.

Na nossa história fica sobretudo relevada a sua rivalidade com Afonso de Albuquerque assinalada por diversas vezes com tomadas de posição contrárias às decisões daquele que viria a ser o 2.º Vice-Rei (e 1.º Duque de Goa), sobretudo no processo da difícil sucessão de D. Francisco de



Francisco de

Almeida. Não obstante as quezílias com Albuquerque, João da Nova revelou-se um bravo oficial e marinheiro, a quem até os inimigos reconheciam a perícia naval e a valentia em combate. Descobriu as Ilhas de Ascensão e de Santa Helena, no Atlântico Sul, e tem o nome associado a uma outra ilha no Canal de Moçambique, embora existam dúvidas sobre se alguma vez ali tenha estado. A figura de João da Nova relaciona-se com a atividade postal da sua época, embora o rei D. Manuel I ainda não tivesse nomeado Correio-mor na altura das suas viagens. De facto, em 1500, Pedro Álvares Cabral, depois de fazer o desvio que lhe permitiu revelar oficialmente a descoberta do Brasil, em vez de regressar a Portugal seguiu para a Índia. Na viagem de regresso, em 1501, na baía que é hoje Mossel Bay, na África do Sul, o comandante deixou uma carta dentro de uma bota, pendurada numa árvore.

Na carta, relatavam-se os acontecimentos da sua viagem à Índia, os naufrágios ocorridos e as perdas de embarcações, nomeadamente a de Bartolomeu Dias e a sua conseqüente morte. Esta carta destinava-se à primeira armada portuguesa que por ali passasse, e viria a ser lida por João da Nova, que partira de Lisboa a caminho da Índia na sua primeira viagem, no dia 5 de março de 1501, antes da chegada a Lisboa da destroçada armada de Cabral. A carta lida por João da Nova terá sido a primeira carta a ser «depositada» na «Árvore do Correio», narrando informações sobre as viagens das várias frotas da carreira da Índia. Esta «Árvore do Correio» com mais de 500 anos, ainda hoje permanece de pé, perpetuando a memória da função que serviu.



JEAN MOULIN

Jean Moulin, que foi a grande, talvez a principal, figura da Resistência Francesa ao regime nazi, esteve em Lisboa durante várias semanas a preparar a sua estadia em Londres, onde entregaria ao general de Gaulle um importante relatório sobre a situação em França e a estratégia que aconselhava para o desenvolvimento da luta clandestina no seu país.



A importância deste chamado “Relatório de Lisboa”, por um lado, mas sobretudo a relevância política e humanitária de Jean Moulin, que é transversal à civilização ocidental e não apenas um mito francês, levou a que os CTT se juntassem a esta iniciativa do coletivo Quinzena Jean Moulin para recordar e louvar esta grande figura da história europeia.

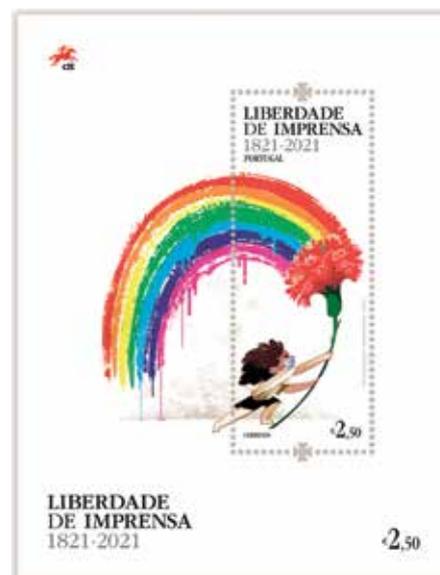
BICENTENÁRIO DA LIBERDADE DE IMPRENSA 1821 • 2021

Luiz Humberto Marcos

Há 200 anos, Portugal aprovava a primeira Lei de Liberdade de Imprensa, na sequência da revolta liberal (Porto, 24.08.1820). Votada pelas Cortes de Lisboa em 4 de julho, a Lei viria a ser promulgada, no dia 12 de julho de 1821 pelo rei João VI, recém-chegado do Brasil. Logo no 1.º artigo, fica clara a posição das Cortes: não há censura prévia.

Até lá, tinham sido longos e dramáticos os caminhos da liberdade, desde a chegada do invento de Gutenberg, no séc. XV. Um período negro que, depois de curtos interregnos, haveria de prolongar-se até ao 25 de abril de 1974. Desde as primeiras impressões com tipos móveis feitas em Portugal (1487) até 2020,

passaram-se mais de cinco séculos (533 anos). E desde a chegada da censura com a Inquisição (em 1536) já lá vão 485 anos. Se lhes retirarmos dois anos (quase) de vigência da lei de 1821, mais cerca de 30 anos na 2ª metade do séc. XIX e os 47 anos de pós-25 de abril sem censura, ficam cerca



de 405 anos. Este é o tempo de censura atribuído a Portugal: 405 anos!

A Inquisição/Censura controlava, desde 1536, o que se escrevia no país. Com o apoio de bulas papais, de listas de livros proibidos por Roma e com os cortejos e fogueiras inquisitoriais, o país foi eliminando as ideias contrárias à ortodoxia de reis - ou ditadores - e papas, ou cardeais, quase sempre em boa comunhão. Milhares de autores e milhões de textos (livros e jornais) foram alvo de censura prévia e castigo. Desde logo, a 2.ª edição de Os Lusíadas, de Camões, ficou cortada nas partes relativas à «Ilha dos amores». Várias obras de Gil Vicente, Damião de Gois, Sá de Miranda, Padre António Vieira, António José da Silva (O Judeu), Bocage, Almeida Garrett, Aquilino Ribeiro, António José Saraiva, Natália Correia, Herberto Helder e Luandino Vieira, entre outros, foram censuradas, proibidas ou queimadas.

Vários escritores foram presos ou exilados, em resultado do policiamento oficial das expressões do pensamento. A resistência deu sempre sinais de vida. Diversos jornais clandestinos foram aparecendo, depois do «Espectro» (1846-47), de António Rodrigues Sampaio. Para romper com o cerco censório. Mesmo sujeitos à repressão, não faltaram, ao longo dos tempos, manifestos, gravuras, filmes, panfletos, caricaturas ou protestos, em favor da liberdade. Ao longo dos tempos, os processos de censura foram variando, mas depois do «28 de maio» de 1926 até 25 de abril de 1974, não houve variação. Houve continuidade. Tempo longo de 48 anos, com o envolvimento de várias polícias no «controlo do pensamento». Foi o período ditatorial mais longo na Europa. Um tempo sujeito a apuramentos progressivos da máquina censória, fortemente marcada pelo génio de Salazar.

A nossa história, antes e depois da 1.ª Lei de Imprensa, mostra à evidência que «o Poder» tem aversão à liberdade. Neste contexto, celebrar o bicentenário da 1.ª lei da Liberdade de Imprensa é assinalar um marco histórico relativo à abolição da censura prévia. Sabe-se que durou pouco tempo, mas foi um bom exemplo do espírito aberto dos deputados liberais. Com o 25 de abril (1974), o Movimento das Forças Armadas extinguiu de vez a censura e o exame prévio. A 26 de fevereiro de 1975, o Parlamento Democrático saído da «Revolução dos Cravos» aprova uma Lei de Imprensa sem qualquer limitação prévia à liberdade de pensamento e imprensa. Até hoje. Neste ano



do bicentenário da 1.ª lei da liberdade de imprensa, vive-se o período mais longo da história portuguesa sem regime oficial de censura. Quase meio século de LIBERDADE! Precisamos de continuar por décadas e séculos. A democracia exige o oxigénio de uma liberdade eterna.

CENTENÁRIO DA LIGA DOS COMBATENTES

Joaquim Chito Rodrigues

Tenente-General

Presidente da Liga dos Combatentes

A análise do passado histórico permite considerarmos a História da Liga dos Combatentes, se a História se pode dividir em fases, percorrendo quatro momentos com características distintas:

Nascimento - 1921 a 1934: 14 anos
Condicionamento - 1935 a 1974: 40 anos
Adaptação - 1975 a 2002: 28 anos
Renovação - 2003 a 2020: 18 anos
Num total de: 100 anos

Fases que perfazem o seu primeiro centenário. A fase de Nascimento estende-se desde a sua fundação (1921), passando pela sua criação (1923) e pela sua oficialização (1924) e a sua consolidação com agências e delegações espalhadas pelo país, com os seus órgãos eleitos democraticamente, até pouco depois da implantação do Estado Novo.

A integração dos valores morais, materiais, patrióticos e humanitários da Cruzada das Mulheres Portuguesas, da Junta Patriótica do Norte e Comissão dos Padrões da Grande Guerra e das Sepulturas de Guerra. Termina com a presidência de Hernâni Cidade.



A fase de condicionamento caracterizamo-la como um período de intervenção direta do Estado na vida da Liga dos Combatentes, o qual passa a nomear os seus órgãos diretivos, nomeadamente o seu presidente. A Liga continuou a desenvolver os seus objetivos patrióticos e humanitários.

Cresceu mesmo, instalando-se nas antigas províncias ultramarinas, mas atuando condicionada politicamente. Termina em 25 de abril de 1974, sob a presidência do general Arnaldo Shultz.

A fase de adaptação surge com o 25 de abril e estende-se até ao final do século. A Liga dos Combatentes, por um lado, retoma o seu figurino original e passa a designar os seus dirigentes democraticamente. Passa, porém, por um período difícil, perdendo núcleos no continente e todos os do ultramar e sofrendo as consequências políticas da situação e dos efeitos da guerra colonial demorando a recompor-se. Assiste-se a alguma recuperação, no final do período, nomeadamente com a inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar e respetivos lápides, em Belém. Termina com a presidência do general Júlio de Oliveira. A fase de renovação percorre praticamente o século XXI. É uma fase de crescimento. Fase do lançamento de Programas Estratégicos e Estruturantes que



lhe garantiram a criação de Estruturas de Apoio Social, Apoio à Saúde, Apoio Cultural e Patrimonial, criando novos postos de trabalho, aumentando significativamente o número de núcleos e de dirigentes. Foram assim criadas condições para que, sempre com algum apoio dos Governos, a Liga dos Combatentes, como Associação Pública, sem fins lucrativos e de utilidade pública, equiparada a IPSS, com Administração Autónoma do Estado, sob tutela do MDN, garanta o cumprimento dos objetivos de curto, médio e longo prazo.

SEARA NOVA – 100 ANOS DE ACÇÃO E PENSAMENTO CRÍTICO

Conselho Redactorial da revista *Seara Nova*

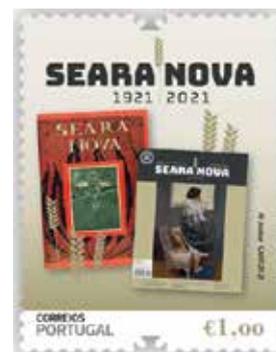
O primeiro número da revista *Seara Nova* foi publicado no dia 15 de Outubro de 1921, numa época conturbada, em que pontuavam enormes desigualdades sociais, consideráveis atrasos económicos, interesses inconfessáveis das clientelas e de oligarquias plutocráticas, baixo nível cultural da população, ausência de valores e de preocupações éticas nas camadas dominantes, regime político de mentira e incompetência, alastramento da corrupção entre os detentores dos poderes e privilégios escandalosos destes últimos.

Os fundadores da *Seara Nova* – Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Azeredo Perdigão, Câmara Reys, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Fran-



cisco António Correia, Jaime Cortesão, Raul Brandão e Raul Proença – opunham-se ao que designavam de «desastre colectivo» e pugnavam pelos valores da inteligência, da cultura, da ética, da justiça e do progresso.

Ao longo destes 100 anos de existência, pelas páginas da *Seara Nova* passaram muitos colaboradores frequentes, assinando páginas de grande qualidade, como Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Alberto Vilaça, Alexandre Cabral, Alves Redol, Armando Castro, Augusto Abelaira, Bento de Jesus Caraça, Blasco Hugo Fernandes, Fernando Lopes-Graça, Fernando Namora, Francine Benoit, Francisco Pereira de Moura, Gago Coutinho, Gilberto Lindim Ramos, Hernâni Cidade, Irene Lisboa, Rodrigues Miguéis, José Saramago, José Gomes Ferreira, Magalhães Godinho, Magalhães-Vilhena, Manuel Mendes, Manuel Machado da Luz, Mário de Azevedo Gomes, Mário Sacramento, Mário Sottomayor Cardia, Mário Ventura, Jorge Peixinho, Jorge de Sena, Rogério Fernandes, Rui Grácio, Sarmento de Beires, ou Vitorino Nemésio – intelectuais de grande valor e carácter, cuja moral está espelhada



nesta frase do editorial do primeiro número da revista: «Em democracia quem mente ao povo é réu de alta traição». Esse mesmo editorial terminava com a aspiração de que ainda hoje a *Seara Nova* comunga: «Possam os homens de boas intenções de todas as Pátrias erguer um dia, sobre um mundo que ainda hoje se debate em miseráveis disputas nacionalistas, o arco-de-aliança duma humanidade justa e livre, realizando na paz vitoriosa as conquistas da inteligência e da vontade desinteressada!».

A *Seara Nova* foi sempre um espaço de diálogo, de abertura às ideias do progresso, de rigor ético, de investigação e de divulgação cultural, criando esse fenómeno ímpar que se tem designado por «espírito seareiro».

Na resistência ao fascismo, a revista, mesmo quando gravemente mutilada pela censura, foi um farol democrático e espaço de elevadas polémicas e de valiosas colaborações de toda a intelectualidade progressista. A partir da década de 60 do século xx atingiu mesmo o estatuto de grande revista da Resistência antifascista, mantendo o seu forte pendente cultural. E, neste plano, teve importante papel directo em momentos altos da luta democrática e de resistência ao fascismo, como as eleições de Humberto Delgado, os Congressos da Oposição Democrática de Aveiro, ou as campanhas eleitorais da Comissão Democrática Eleitoral (CDE).

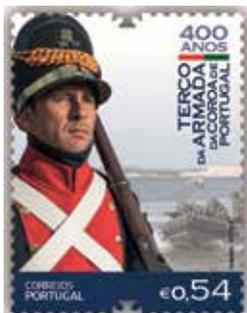
Nos anos 80 do século passado, e tendo em conta a situação entretanto vivida no país, a *Seara Nova* renovou o seu projecto como revista cultural e democrática, apostada nos valores da democracia, do progresso, da justiça social, da solidariedade e da Paz, e arrimada no espírito seareiro, princípios que continua a perseguir e que fazem da *Seara Nova* um campo de aprofundamento dos valores democráticos e culturais, e de ideias desenhadoras do futuro.

Texto escrito ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1945.

400 ANOS DO TERÇO DA ARMADA DA COROA DE PORTUGAL

Marinha Portuguesa

Os Fuzileiros têm a sua origem na mais antiga Força Militar constituída com carácter permanente em Portugal, sendo datada de 18 de abril de 1621 a sua fundação, com a designação de «Terço da Armada da Coroa de Portugal». Desde aquela data, até meados do século XVIII, os «Soldados da Armada» ou os «Marinheiros do Fuzil», como eram naqueles tempos conhecidos os Infantes de Marinha, combateram no Brasil, na fronteira sueste do Território Nacional, constituíram guarnições para a Esquadra de Guarda de Costa e combateram ao lado de Lorde Nelson no Mediterrâneo, somando sucessos na luta contra franceses, holandeses e espanhóis. O Terço era considerada uma unidade de elite, tendo sido designado pelo rei D. João IV para a sua guarda pessoal. Em finais do século XVIII, a organização operacional é alterada, articulando-se em dois regimentos de infantaria e uma unidade de artilharia, passando a designar-se por «Brigada Real da Marinha».



Em 1808, aquando da invasão das tropas de Napoleão, elementos da Brigada Real da Marinha garantiram a segurança pessoal da Família Real Portuguesa na sua deslocação para o Brasil, evento que daria origem ao Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. Já no período de transição do século XIX para o século XX, quando a Europa inicia o seu processo de afirmação colonial em África, Portugal vê-

se confrontado com a grande capacidade de potências coloniais, como a França, o Reino Unido e a Alemanha, pelo que considerou necessário afirmar a presença nacional nos territórios que lhe tinham sido atribuídos naquele continente na sequência dos tratados de Berlim. Os «Marinheiros do Fuzil», integrados nos Batalhões Expedicionários e nas Companhias de Marinha, combateram em Angola, Moçambique e Guiné. Mais recentemente, em 1961, quando Portugal se vê envolvido em novo esforço de guerra em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, os Fuzileiros vestiram o camuflado para combaterem na selva, nos rios, nos montes, na savana, patrulhando os rios, desembarcando em botes e em lanchas, efetuando golpes de mão a partir de unidades navais e de helicópteros, garantindo a segurança de instalações de Marinha e participando em combates de todos os tipos. Estiveram envolvidos nos teatros de operações durante catorze anos cerca de 12 500 homens.



Terminado este período de guerra, houve a necessidade de proceder a uma reestruturação das Unidades de Fuzileiros, adaptando-se ao novo teatro de operações nacional e aos requisitos da Aliança Atlântica de que Portugal é membro fundador. Os efetivos foram reduzidos

em 50%, quedando-se em cerca de 2 500 homens, 60% dos quais pertencentes aos quadros permanentes da Marinha. Após a Guerra do Ultramar, os Fuzileiros continuaram a servir Portugal, tanto no domínio estritamente militar como em resposta a situações de crise. Merecem particular menção os empenhamentos em ações de iniciativa nacional, como as Operações de Evacuação de Não-combatentes, levadas a cabo no Zaire em 1997 e na Guiné-Bissau em 1998, bem como a participação em operações no âmbito das alianças e compromissos internacionais, quer a bordo dos navios da Marinha, quer em terra. De entre estas, destacam-se o assíduo embarque nas missões navais no Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo, as missões da NATO na Bósnia-Herzegovina, no Afeganistão e na Lituânia, as sucessivas missões das Nações Unidas em Timor-Leste e na Colômbia, bem como o seu ativo envolvimento, sob a égide da União Europeia, nos teatros de conflito da República Democrática do Congo, da República do Mali e da República Centro-Africana. Hoje, os Fuzileiros Portugueses asseguram ainda ações de Cooperação Militar no Domínio da Defesa aos Fuzileiros congéneres africanos, nomeadamente em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, e ainda na Ásia em Timor-Leste.

Navegue connosco em www.marinha.pt e siga-nos nas redes sociais!

Siga a Marinha.



VULTOS DA HISTÓRIA E DA CULTURA





Rainha Santa Isabel

750 Anos do Nascimento

«São rosas, senhor!», terá dito Isabel de Aragão (1271-1336), rainha consorte de Portugal, quando o marido, o rei D. Dinis (1261-1325), lhe perguntou o que levava no regaço, ao sair do castelo de Leiria, numa manhã de inverno. E estas surgiram no lugar dos pães destinados aos pobres.

O episódio apócrifo inscreve-se na

tradição europeia de relatos semelhantes, mas para os portugueses é elemento essencial na justificação do epíteto de Rainha Santa Isabel ou Rainha Santa. E prova maior de uma vida dedicada aos desvalidos. Após a morte do rei, recolheu-se no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, onde vestiu o hábito da Ordem das Clarissas. Foi beatificada em 1516 e canonizada em 1625.

Infanta Dona Maria

500 Anos do Nascimento

A vida da Infanta Dona Maria (1521-1577), filha do rei D. Manuel I (1469-1521) e de Leonor da Áustria (1498-1558), foi mais do que o impasse sentimental nascido da acumulação de virtudes. Beleza e simpatia, aliadas a erudição e seriedade, mas sobretudo a riqueza proveniente de rendas e negócios, tornaram-na alvo de cobiça. Razão suficiente, diz-se, para o rei D. João III (1502-1557), seu irmão, nunca a ter deixado sair do país ou casar, pelos prejuízos que causaria ao reino. Recebeu oito propostas, tendo até sido prometida a Francisco de Valois (1518-1536), Delfim de França. Dedicou-se à religião, financiando a construção do templo que viria a ser a Igreja de Santa Engrácia, hoje Panteão Nacional.



Dom João III

500 Anos da Proclamação

O filho de D. Manuel I (1469-1521) e de Maria de Aragão e Castela (1482-1517) deixou um legado contrastado, no longo reinado de 36 anos, iniciado em 1521. Numa primeira fase, ao herdar vasto império, D. João III (1502-1557) era tido como tolerante e cosmopolita, favorecendo o Renascimento português, onde pontificaram figuras como Camões, Pedro Nunes e Garcia de Orta. Mas o crescente fervor religioso, a partir da década de 1540, que lhe valeu o cognome de Piedoso, coincidente com a chegada dos jesuítas e o início da Inquisição no país, levou à fuga de judeus e cristãos-novos, e a fortes perdas financeiras para o Império, com necessidade de recorrer a empréstimos. Estabeleceu novas colónias na Ásia e iniciou a colonização no Brasil, tendo, por outro lado, que abrir mão de algumas cidades fortificadas em África, devido aos elevados custos de defesa.



como Camões, Pedro Nunes e Garcia de Orta. Mas o crescente fervor religioso, a partir da década de 1540, que lhe valeu o cognome de Piedoso, coincidente com a chegada dos jesuítas e o início da Inquisição no país, levou à fuga de judeus e cristãos-novos, e a fortes perdas financeiras para o Império, com necessidade de recorrer a empréstimos. Estabeleceu novas colónias na Ásia e iniciou a colonização no Brasil, tendo, por outro lado, que abrir mão de algumas cidades fortificadas em África, devido aos elevados custos de defesa.

Afonso Costa

150 Anos do Nascimento

«Por muitos menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVII!» A frase de Afonso Costa (1871-1937) na Câmara dos Deputados, em 1906, ficou como marco da agitação por ele promovida conducente à queda da Monarquia. Brilhante tribuno, advogado e professor universitário, notabilizou-se pela verve anticlerical, que lhe valeu o epíteto «mata-frades». Pô-la em prática através da Lei de Separação do Estado das Igrejas (1911), ainda no governo provisório da República. Dois anos depois, como ministro das finanças, conseguiu equilibrar as contas públicas e apresentar o primeiro orçamento não deficitário desde a revolução liberal.



Rui Grácio

100 Anos do Nascimento

Homem discreto, Rui Grácio (1921-1991) dedicou a vida ao ensino, como professor, pedagogo, ensaísta, investigador e governante. Foi responsável pela criação do ensino secundário unificado, enquanto secretário de Estado da Orientação Pedagógica dos II ao IV governos provisórios pós-25 de



Abril. O empenho político valeu-lhe três meses de prisão, quando integrou a direção do MUD (Movimento de Unidade Democrática) Juvenil, em 1947. No mesmo ano, passou a ensinar na École Française de Lisbonne, mais tarde Lycée Français Charles Lepierre, o que fez até 1972, quando ingressou no Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Gulbenkian. Defendeu a escola como «oficina de humanidade», facultando o acesso universal à educação e à cultura.

Carlos de Oliveira

100 Anos do Nascimento

Não espantou a receção pouco consensual a Finisterra (1978), o regresso de Carlos de Oliveira (1921-1981) ao romance após longo hiato. A narrativa “quebrada” e poética conferia caráter heterodoxo ao livro, vencedor do Prémio Cidade de Lisboa, da Associação Portuguesa de Escritores. E entrava em choque com os ditames do neorealismo nacional, corrente que Oliveira ajudara a fundar e solidificar, sobretudo no período entre o primeiro romance, Casa na Duna (1943), e Uma Abelha na Chuva (1953), sua obra maior e leitura obrigatória nas escolas portuguesas até ao fim do século XX. Com uma escrita tida como expoente de depuração e intensidade lírica, destacou-se também como poeta.



EUROPA – ESPÉCIES AMEAÇADAS

Nuno Farinha

Biólogo e Ilustrador científico

ENCONTROS CRÍTICOS

O território português abriga diversas espécies de fauna com populações reduzidas e em declínio, quer por causas naturais quer por ameaças derivadas da ação do Homem. As populações endémicas, restritas a determinadas áreas geográficas, são muito diminutas e qualquer acidente ou perturbação grave pode colocar em perigo, ou dizimar, esses animais. As espécies nestas condições são consideradas em perigo de extinção (EN), quando, por exemplo, o seu território de ocorrência é inferior a 5000 km² ou o número de indivíduos maduros é inferior a 2500; ou mesmo criticamente em perigo (CR), quando ocorrem em áreas inferiores a 100 km² ou o número de indivíduos reprodutores é inferior a 250.

Nesta emissão filatélica ilustram-se seis destas espécies em perigo, distribuídas em pares pelas três principais áreas geográficas nacionais – Continente, Açores e Madeira. Das diversas combinações possíveis, foram selecionadas para cada par geográfico espécies com características muito díspares, como pertencerem a grupos taxonómicos diferentes ou apresentarem morfologias quase diametralmente opostas – este contraste e aparente improbabilidade no seu encontro tem como objetivo alertar para a situação crítica em que se encontram. Em Portugal Continental, escolheu-se o cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*), um réptil indolente e com uma área de ocorrência ampla, até à Ásia Central; e o saramugo (*Anaocypris hispanica*), um pequeno peixe vivaço, com uma distribuição restrita a alguns afluentes da bacia do Guadiana e do Guadalquivir. Em comum, partilham o gosto por habitats de águas limpas. Em Portugal, podem coexistir em pequenos ribeiros calmos ainda quase esquecidos na bacia do Guadiana. Para o arquipélago dos Açores, selecionou-se o morcego-dos-Açores (*Nyctalus azoreum*), um dos mais pequenos mamíferos vivos e que ocorre unicamente em pequenos recantos no interior de algumas ilhas açorianas dos grupos central e oriental; e a baleia-azul (*Balaenoptera musculus*), o maior animal vivo, e uma espécie cosmopolita que passa toda a sua vida nas grandes vastidões oceânicas. O encontro entre ambos dir-se-ia absolutamente impossível, mas, em curtos momentos críticos, alguns morcegos podem voar sobre os canais de mar que separam as ilhas açorianas, na mesma altura que as baleias-azuis os atravessam nas suas viagens de migração pelos mares dos Açores! No arquipélago da Madeira, elegeu-se a freira-da-Madeira (*Pterodroma madeira*), uma ave que incuba os ovos em buracos localizados somente no interior montanhoso desta ilha, e em mais local nenhum do mundo; e a tartaruga-comum (*Caretta caretta*), um réptil que faz as suas posturas em praias espalhadas por todos os continentes à exceção da Antártida. Ambas as espécies cruzam os mares da Madeira e do Atlântico oriental em busca de alimento, partilhando alguns menus mais seletos como lulas e pequenos peixes.

CONTINENTE

O cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*) identifica-se facilmente pela sua cor escura salpicada de pintas amarelas, que formam raios de estrias em cada placa da ca-



rapaça. Prefere os cursos de águas lentas ou paradas com boa qualidade e abundante vegetação aquática, onde se possa esconder, pois é um animal discreto que mergulha ao menor indício de perigo. Este animal tem uma distribuição generalizada na Europa e norte de África, mas apresenta populações muito dispersas e fragmentadas, nomeadamente em Portugal, onde é considerado uma espécie rara e amea-

çada (EN). Pode ser observado, sobretudo, no sul do país, especialmente na bacia do Guadiana. A poluição da água e a destruição de zonas húmidas naturais constituem as principais ameaças, assim como a introdução de tartarugas de água doce exóticas, muito populares em aquarofilia.

O saramugo (*Anaocypris hispanica*) é um pequeno peixe de água doce com 6 a 7 cm de comprimento, cabeça pequena e grandes olhos, com coloração prateada a rosada e muitas pequenas pontuações escuras ao longo dos flancos. Prefere cursos de água pouco profundos com corrente baixa a moderada, com águas limpas e oxigenadas e vegetação aquática abundante. Na bacia portuguesa do Guadiana, este endemismo ibérico só ocorre em alguns afluentes como o Ardila ou a ribeira de Odeleite, com populações extremamente fragmentadas e em severo declínio, em perigo crítico de extinção (CR), essencialmente por causa da poluição das águas e destruição dos seus habitats nativos (por exemplo, devido à captação de água ou extração de inertes).



AÇORES



O morcego-dos-Açores (*Nyctalus azoreum*) é o único mamífero endémico do arquipélago açoriano, ocorrendo em florestas onde se alimenta principalmente de lepidópteros (como traças e borboletas) e dípteros (como mosquitos e melgas), pelo que presta uma preciosa ajuda no controlo das pragas de insetos. Contrariamente à maioria dos morcegos, este animal caça frequentemente durante o dia,

provavelmente devido à pouca abundância de aves predadoras diurnas. Esta espécie ocorre numa área geográfica muito reduzida e é bastante sensível à alteração ou destruição dos seus habitats naturais e locais de abrigo (como troncos ociosos de árvores e cavernas). Atualmente, as suas populações estão em declínio e criticamente em perigo (CR).

A baleia-azul (*Balaenoptera musculus*) ocorre em todos os oceanos da Terra e em ambos os hemisférios, desde as

águas costeiras das plataformas continentais às enormes extensões de águas pelágicas em mar aberto. No arquipélago açoriano, podem ser observadas perto da costa, geralmente durante a primavera e o início do verão, no decurso das suas migrações atlânticas. Este mamífero marinho foi alvo de intensa perseguição e caça até 1966, o que quase extinguiu a espécie. Hoje, as principais ameaças são a colisão com navios e as capturas acidentais em artes de pesca. Atualmente, estima-se que existam entre cinco mil a quinze mil animais adultos, uma fração crítica das suas populações ancestrais – está, por isso, considerada em perigo de extinção (EN).



MADEIRA



A *freira-da-Madeira* (*Pterodroma madeira*) alimenta-se ao longo de uma área ampla do oceano Atlântico central e oriental, pois inverna em pleno mar alto. Contudo, nidifica apenas na parte oriental da ilha da Madeira, em buracos cavados no solo de áreas montanhosas acima dos 1600 m de altitude, pelo que é considerada endémica deste arquipélago. Durante o período de reprodução, as aves concentram-se nas águas oceânicas da Madeira e dos Açores. Por causa da reduzida área de nidificação e população muito baixa, estimada em 65 a 80 casais reprodutores, esta é uma das aves marinhas mais raras e ameaçadas do mundo. Os seus ninhos podem ser alvo de predadores como ratazanas e gatos, ou destruídos por coelhos, cabras ou incêndios florestais. Devido a estas ameaças, a espécie é considerada em perigo de extinção (EN).

A *tartaruga-comum* (*Caretta caretta*) é um réptil marinho cosmopolita que ocorre em todos os oceanos da Terra à exceção das águas geladas árticas e antárticas. A maior parte da sua vida é passada no mar, onde muitas ficam presas em redes de arrasto e outras artes de pesca abandonadas, acabando por se afogar. As fêmeas só regressam a terra durante algumas horas a cada dois ou três anos para desovar, onde podem ser vítimas da caça pela sua carne e ovos. Em praias urbanizadas, as crias podem também ser fatalmente atraídas pela luz artificial dos edifícios, em vez do reflexo das estrelas no mar em frente, o seu único abrigo natural. A contínua poluição dos oceanos, nomeadamente por plásticos, soma ainda mais ameaças à conservação desta espécie, pelo que está considerada em perigo de extinção (EN).



A CAÇA EM PORTUGAL

Gabinete de Filatelia

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

A caça é provavelmente a mais antiga atividade humana. Os nossos antepassados do Paleolítico, extenso período proto-histórico situado entre 4 milhões de anos A.C. e 150 000 anos A.C., caçavam para comer e para se defender num meio ambiente mais ou menos hostil. Enquanto modo principal de obter alimento, perdeu importância com o advento do sedentarismo, da pastorícia, da domesticação dos animais e do início da cultura do solo, mas continuou durante milénios a fazer parte integrante da nossa cultura, mais tarde como importante forma



de adestramento dos guerreiros na preparação para a batalha, embora sem nunca perder o vínculo à alimentação humana.

O apogeu da caça enquanto exercício físico de elite (sobretudo praticada pela nobreza e pelo clero) foi atingido durante a Idade Média, altura em que se multiplicaram os textos especializados sobre o assunto. O povo também caçava, e sempre, mas procurava sobretudo as espécies de caça menor, a caça de pena, os coelhos ou lebres. A perseguição da caça maior



(veados e javalis, ursos igualmente) estava normalmente reservada à nobreza, e as infrações a essa regra eram sujeitas a severas sanções. A importância da caça na cozinha dessa época (e das anteriores) é notória. Um dos mais antigos textos culinários existentes, *De re coquinaria* do romano Apicius, é um bom exemplo. Igualmente em Portugal, Isabel Drumond Braga, tecendo comentários ao *Livro de Cozinha da Infanta Dona Maria* na



sua obra *À Mesa com Grão Vasco*: para o estudo da alimentação no século XVI, faz notar que ainda ali abundam receitas de caça no dealbar da Idade Moderna.

Hoje em dia, o impacto da caça nos ecossistemas naturais e seminaturais pode ser negativo caso a captura de animais seja feita de modo indiscriminado, não respeitando a sustentabilidade reprodutiva das espécies. Testemunho do facto são os inúmeros decretos regulamentadores da atividade cinegética ao longo dos últimos séculos, em Portugal. Porém, a caça regulada exerce um estímulo benéfico na reprodução saudável das espécies cinegéticas, atuando sobretudo sobre os exce-



dentes populacionais e privilegiando a eliminação de animais mais fracos e doentes.



A caça não compete negativamente com a natureza, antes contribui para a regeneração saudável das populações e para a seleção natural. A criação de boas condições naturais para que as espécies se desenvolvam e originem excedentes deve ser o propósito de todas as organizações, públicas e privadas, que atuam no setor. Sempre tendo em vista a sustentabilidade das explorações das muitas zonas de caça estabelecidas de norte a sul, de forma a garantir a máxima proteção dos recursos cinegéticos do país.

A caça é um desporto, mas também um negócio, que traz benefícios consideráveis ao país e – se bem ordenada – um fator de proteção e desenvolvimento das espécies selvagens. Sem esquecer de que se trata de uma forma de animar consideravelmente a nossa gastronomia tradicional.

Foi esta forma sustentável de ver a atividade, e tendo em linha de conta a aptidão gastronómica notável das espécies cinegéticas, que levaram os CTT Correios de Portugal – sob orientação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – a propor a emissão de selos da República dedicada à Caça em Portugal. São muitos os animais que desejaríamos referenciar nestes selos, pelo que se farão duas séries, em dois anos seguidos. Os animais escolhidos para estes primeiros selos são: o pombo-torcaz, a perdiz, o pato-real, a narceja e a galinhola. Todos eles objeto de caça regulada em Portugal. Todos proporcionando receitas culinárias notáveis.

Direcção de Filatelia

Rua João Saraiva nº 9 1700-248 Lisboa • Telefone 351-21047066

e-mail: filatelia@ctt.pt • site: www.ctt.pt

CTT Correios de Portugal Plano de Emissões Comemorativas e Selos da base e de etiquetas 2022

EMISSÕES DE SELOS COMEMORATIVOS

100 anos da primeira travessia aérea do Atlântico Sul, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral

175 Anos do Grémio Literário

200 anos da 1.ª Constituição portuguesa

200 anos da independência do Brasil

250 anos da Reforma Pombalina da UC

500 anos do término da 1ª viagem de circum-navegação da Terra por Fernão de Magalhães e Juan Sebastian Elcano

Jornadas Mundiais da Juventude 2022/2023 em Lisboa

Figuras Mundiais da Música - 100 anos do nascimento de Maria Callas

Europa - Histórias e mitos

EuroMed 2022 - Arqueologia marinha das cidades antigas do Mediterrâneo

Fainas Maiores da Pesca em Portugal

A Caça em Portugal (2.º grupo)

Vultos da História e da Cultura (Agustina Bessa Luís, Gonçalo Ribeiro Telles, José Saramago, Laura Martins Ayres, Maria de Lourdes Levy, Mariana Rey Monteiro, Nuno Teotónio Pereira, Sallote Tavares)

A “supercomputação” em Portugal

Selo = Arte (1ª série) - Obras de arte contemporânea de artistas portugueses

A importância da Vacinação no mundo actual

EMISSÃO BASE

Numismática Portuguesa (3.º grupo) – emissão base

EMISSÕES DE ETIQUETAS

Ano Internacional (ONU) das Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável – etiquetas de franquia automática

Ano Internacional da Pesca Artesanal e da Aquicultura (UNESCO- FAO) – etiquetas de franquia automática

PROJETOS ESPECIAIS

Carteira Especial de selo personalizado: Evocação dos 20 anos da saga “Lord of the Rings” (Senhor dos Anéis)

Nota: este plano pode sofrer alterações ao longo do ano.

Coleccione Selos
de Macau

澳門郵票收藏

Collect
Macao's Stamps



第四十屆澳門國際馬拉松 40ª Maratona Internacional de Macau



澳門郵電 CTT



集郵編碼 C/Code



快分享到朋友圈
一起關注澳門郵票！

澳門議事亭前地 LARGO DO SENADO, MACAU

電話 Tel.: (853) 8396 8513, 2857 4491

傳真 Fax.: (853) 8396 8603, 2833 6603

電郵 E-mail: philately@ctt.gov.mo

網址 Website: <http://philately.ctt.gov.mo>



澳門郵電 CTT
Correios e Telecomunicações de Macau





LEILÕES P. DIAS, LDA.

LEILOEIROS FILATÉLICOS ❖ PHILATELIC AUCTIONEERS

AVALIAÇÕES | DESDE 1992 SINCE | VALUATIONS

RUA ANTÓNIO PEDRO, 46 - 2.º - P-1000-039 LISBOA - PORTUGAL

PHONE: 00-351-213 223 460 | 466 ❖ FAX: 00-351-213 433 274

<http://www.leiloespdias.pt>

geral@leiloespdias.pt ❖ admin@leiloespdias.pt ❖ teresadias@leiloespdias.pt



TRADIÇÃO EM PORTUGAL E COLÓNIAS

JOHN D. C. SUSSEX - H. SANTOS VIEGAS - EMB. JORGE RITTO

JOÃO VIOLANTE - MIGUEL FÉLIX COSTA - JORGE FÉLIX COSTA

CASTANHEIRA DA SILVEIRA - DR. GONÇALVES NOVO - ANTÓNIO OLMOS

M. SOUSA LOUREIRO - CAP. LEMOS DA SILVEIRA - DR LUÍS FRAZÃO

ROBERT L. HUGGINS - STEVE S. WASHBURNE - ENG. GODINHO DE MIRANDA

TRADITION ON PORTUGAL AND COLONIES